

PRODUTORES FLORESTAIS



N.º 5 Junho 2021 www.produtorestlorestais.pt

 [produtorestlorestais.navigator](https://www.facebook.com/produtorestlorestais.navigator)

 [produtorestlorestais](https://www.instagram.com/produtorestlorestais)

 [Produtorestlorestais](https://www.youtube.com/Produtorestlorestais)

ALVARES PREPARA O FUTURO

págs. 4 a 9

A freguesia de Alvares, no concelho de Góis, tem cerca de 800 habitantes e uma área equivalente à da cidade de Lisboa.

Aqui vai nascer a 1.ª Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) de iniciativa privada em Portugal.

Este troço da Nacional 2 (EN2) atravessa um território que tem 3 000 proprietários, mas só 30% gere ativamente a sua floresta.

Entrevista com Miguel Freitas
“O DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA REQUER A MOBILIZAÇÃO DE TODA A SOCIEDADE”

págs. 10 a 13

Consultório Técnico
SAIBA COMO FAZER A ADUBAÇÃO CERTA

págs. 20 a 23

ÍNDICE

A primeira Área Integrada de Gestão da Paisagem de iniciativa e liderança privada promete transformar a floresta e a economia da freguesia de Alvares

págs. 4 a 9

Entrevista com Miguel Freitas, ex-secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

págs. 10 a 13

ANSUB – Associação Nacional de Produtores Florestais do Vale do Sado, em Alcácer do Sal

págs. 14 e 15

Programa Premium: as plantações certificadas de eucalipto de Domingos e Manuel Ferreira

págs. 16 a 19

Consultório Técnico – Saiba como fazer a adubação correta em povoamentos de eucalipto

págs. 20 a 23

Biomassa residual é mais um produto da exploração florestal

págs. 24 a 27

A importância das abelhas no equilíbrio dos ecossistemas terrestres

págs. 28 e 29

Tiago Moreira, apicultor profissional

págs. 30 e 31

Notícias

Págs. 32 a 35

Finanças & Fiscalidade

págs. 36 e 37

Três perguntas a Luís Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão + Agenda

pág. 38

Opinião – António Gravato

pág. 39

FLORESTA QUE RESISTE AO FOGO

Aspeto da Serra de Monchique a 11 de agosto de 2018, no último dia do incêndio que assolou aquela região algarvia. No interior da linha verde está assinalada área florestal sob gestão da The Navigator Company em Monchique, evidenciando a menor vulnerabilidade e maior resiliência ao fogo nas áreas geridas, comparativamente com as não geridas, independentemente da espécie. A gestão ativa da floresta é uma prática comum nas áreas sob responsabilidade da indústria, mas também nos povoamentos florestais de proprietários e produtores privados que procuram proteger melhor os seus terrenos do risco de incêndios e torná-los mais produtivos.



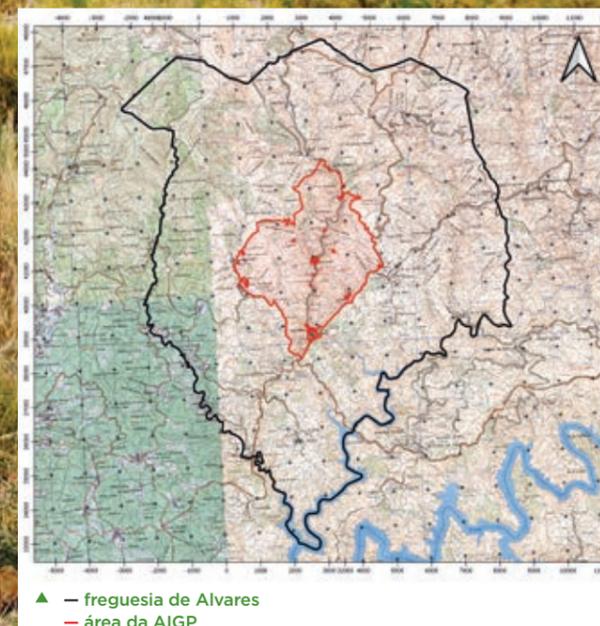
AQUI VAI CRESCER UMA FLORESTA SUSTENTÁVEL

Desde 2009 que os proprietários da freguesia de Alvares procuram uma solução para a floresta da região, permanentemente assolada pelos incêndios. O caminho para a sustentabilidade social, económica e ambiental na freguesia ganhou forma nos últimos três anos.

▼ O horizonte da floresta de Alvares na mira de Carla Duarte e João Baeta Henriques, dois dos promotores do projeto de AIGP na freguesia



O objetivo da AIGP é aumentar a gestão das áreas florestais de Alvares, de forma a diminuir a vulnerabilidade aos incêndios e potenciar a valorização dos seus recursos naturais.



Um coração dentro de um coração. Não deixa de ser curiosa a forma que ganhou o desenho da proposta de Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) no meio da freguesia de Alvares. O projeto nasceu da necessidade de aumentar a gestão das áreas florestais da zona e promete alterar positivamente a sua paisagem, de forma a diminuir a vulnerabilidade aos incêndios e potenciar a valorização dos recursos naturais. Com uma ambição ainda maior: tornar-se no embrião para a transformação da floresta de minifúndio que fragiliza a região Centro de Portugal.

Após os incêndios de junho de 2017 em Pedrógão Grande e Góis, onde arderam mais de 50 mil hectares, um grupo de proprietários ativos contactou o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o Instituto Superior de Agronomia (ISA) em busca de orientação sobre o que fazer na freguesia de Alvares: uma área de cerca de 10 mil hectares (equivalente à cidade de Lisboa), 60% da qual destruída pelo fogo naquele verão. O Centro de Estudos Florestais do ISA, com o patrocínio do jornal Observador, conduziu um estudo sobre a floresta de Alvares, com a participação de várias entidades académicas, empresariais e associativas (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas - ICNF, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - IGOT, Instituto Dom Luiz - IDL, Centro de investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas - CITAB, Associação Florestal do Concelho de Góis - AFCG, Associação da Indústria Papeleira - CELPA, The Navigator Company, Altri Florestal e o Núcleo Fundador da ZIF da Ribeira do Sinhel), que resultou no primeiro passo para o desenvolvimento de uma floresta sustentável, com diferentes formas de rentabilidade, infraestruturas de rede viária e ações na defesa da floresta contra incêndios (DFCI).

“Uma dinâmica interessante”

“Criou-se uma dinâmica interessante e que começa a dar frutos”, afirma João Baeta Henriques, da ZIF da Ribeira do Sinhel, um núcleo com mais de 160 proprietários da região, que nasceu em 2009 e está no cerne da constituição da AIGP. A 5 de agosto de 2017, Alvares recebeu a visita do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que ali apadrinhou a doação de 60 mil euros para o estudo do ISA, que é o suporte ao planeamento das ações que contribuam para a recuperação do território e da comunidade. A 6 de novembro de 2020, foram o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, e dois secretários de Estado - João Catarino (Conservação da Natureza e das Florestas) e Carlos Miguel (Adjunto ►

e do Desenvolvimento Rural) – a testemunharem, no mesmo local, a assinatura do protocolo de criação da AIGP, que conta como subscritores com o Núcleo Fundador da ZIF da Ribeira do Sinhel (agora Núcleo Promotor da AIGP.Alvares), a AFCG, Câmara Municipal de Góis, Junta de Freguesia de Alvares, ISA, CELPA, Navigator, Altri e a Associação Natureza Portugal/WWF. Primeiro projeto do género de iniciativa e liderança privada, a AIGP de Alvares abrange uma área de 1 300 ha, que se pretende seja alargada faseadamente a outras áreas já predefinidas e que serão priorizadas de acordo com a motivação desses proprietários. Os objetivos são claros: reduzir o número de incêndios e a área ardida, e permitir a obtenção de rendimento económico dos investimentos na floresta.

“Temos de deixar de chamar proprietários e passar a chamar gestores florestais”, sublinha João Baeta Henriques, projetando o modelo de gestão a implementar: “Contamos constituir, em breve, uma organização comercial, sustentável a médio/longo prazo, que seja reconhecida como uma conjugação de Organização de Produtores Florestais – OPF, Sociedade de Gestão Florestal – SGF e Entidade de Gestão Florestal – EGF, com competências técnicas e florestais próprias ou externalizadas, que agregue as necessidades e minimize custos de contratação de serviços (mobilizações de solo, plantações, controlo de matos e infestantes, e também do corte, recheira e transporte de madeira), faça o planeamento conjunto e sincronizado, e também inclua a venda agregada, maximizando o seu valor, dos produtos florestais e/ou outros que os aderentes/associados produzam. Esta organização terá uma presença local, forte e alinhada, para verificação do andamento dos trabalhos em campo.”

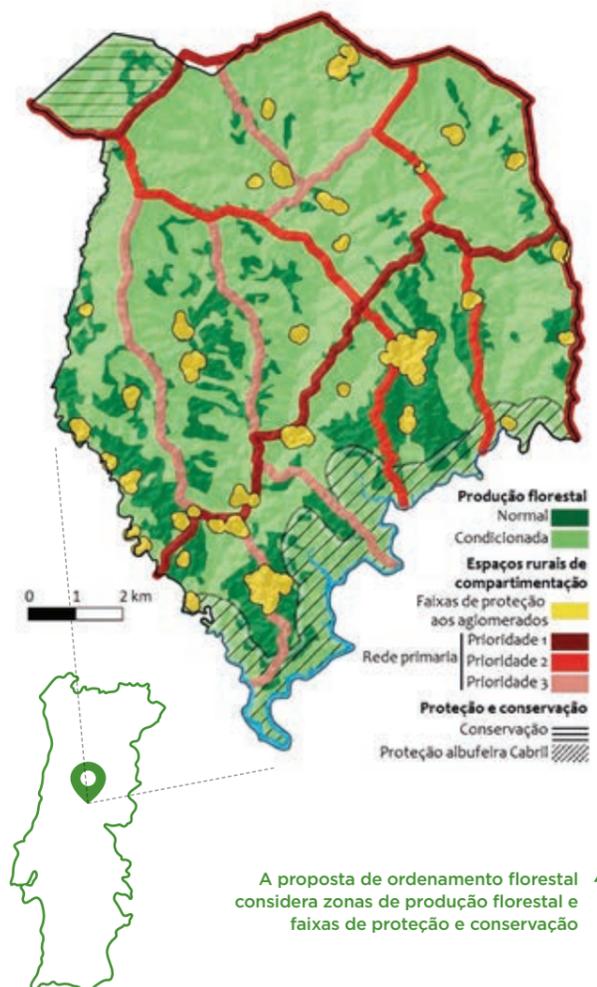
O apoio da associação florestal

A propriedade de minifúndio em Alvares – existem cerca de 15 mil prédios rústicos, com uma média de cinco parcelas de pequena dimensão (0,6 ha) por proprietário – é um desafio para os promotores da AIGP, mas a Associação Florestal do Concelho de Góis (AFCG) tem dado uma importante ajuda. “Conhecemos o território e os proprietários também já nos conhecem”, adianta Carla Duarte, técnica da AFCG diretamente envolvida no projeto. “Estamos a ajudar os proprietários a identificar e delimitar os seus terrenos, a dizer-lhes como gerir, que ferramentas e apoios têm à disposição, ou então a dar-lhes a oportunidade de delegar em quem pode fazer, colhendo eles as receitas a definir”, prossegue Carla, sublinhando as vantagens da AIGP: “O proprietário não perde o direito à terra, que está salvaguardado, e assim é possível fazer uma gestão em escala, de forma agrupada, para tirar mais rendimento da floresta. As áreas integradas permitem também que os proprietários recorram a apoios a que, isoladamente, não têm acesso, pois consideram sempre áreas com alguma dimensão.” **PF**



Carla Duarte é técnica da Associação Florestal do Concelho de Góis

“O proprietário não perde o direito à terra, e assim é possível fazer uma gestão em escala, de forma agrupada, para tirar mais rendimento da floresta.”



“QUEREMOS IR PARA O TERRENO ANTES DO VERÃO DE 2022”

Membro do Núcleo Fundador da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Ribeira do Sinhel, João Baeta Henriques foi também dos primeiros a abraçar o projeto de constituição da AIGP de Alvares. “Por força do enquadramento legislativo das ZIF, estas não resolvem as reais necessidades dos proprietários no terreno. Aqui precisamos de um plano florestal abrangente, mas com ferramentas para promover a sua execução onde realmente será importante, nas propriedades”, explica este engenheiro lisboeta, com fortes raízes à freguesia de Alvares, a terra onde nasceu o seu pai e onde sempre viveram os avós paternos.

Que papel teve a criação da ZIF na procura de uma solução para a floresta de Alvares?

“Atendendo às características da propriedade em minifúndio na freguesia e ao absentismo da maioria dos cerca de três mil proprietários da região, a ZIF da Ribeira do Sinhel é o primeiro elemento agregador que potencia uma convergência de estratégias e alinhamentos, para quem, efetivamente, pretende assumir a responsabilidade de ser proprietário rústico/florestal. Sim, admito que ser proprietário rústico, via herança ou por aquisição, é uma responsabilidade social e ambiental, mas também económica, numa região que perdeu 80% da sua população desde 1960 e que necessita de se relançar economicamente.”

A constituição da ZIF evolui, entretanto, para uma AIGP. Em que fase está este projeto?

“A proposta de criação da AIGP.Alvares foi apresentada à DGT no final de dezembro de 2020. Neste momento aguardamos a resposta da DGT, de forma a ser formalmente constituída e reconhecida, o que permitirá avançar com o delineio do projeto de execução para implementação no terreno. Temos, no máximo, dois anos para desenvolver estas tarefas e depois avançar no terreno, mas queremos encurtar este prazo e ir para o terreno ainda antes do verão de 2022.”

O QUE É UMA AIGP?

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) estão consideradas no quadro do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), criado pela Resolução do Conselho de Ministros 49/2020, no âmbito da Direção-Geral do Território (DGT). A figura de AIGP permite promover a obtenção de escala na propriedade, para a aplicação de modelos sustentáveis de gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.

Quais são os próximos desafios?

“A AIGP em si será a plataforma para poder identificar e estruturar as operações a executar num próximo passo: a OIGP (Operação Integrada de Gestão da Paisagem), que irá para o terreno. Mas sobre os desafios para a sua concretização teremos sempre de passar bem a mensagem de agregação aos proprietários, por forma a que estes adiram e entrem num projeto conjunto. Como a maior parte não tem conhecimentos técnicos sobre gestão florestal, julgo que temos meio caminho andado, mas ficam a faltar dois importantes aspetos: por um lado, ter a capacidade económica e desejo para o fazer, porque mesmo que haja ajudas importantes, o proprietário tem sempre de disponibilizar capital; e, por outro lado, assumir que, efetivamente, tem de agir, e manter as propriedades minimamente geridas, pois a sua não gestão afeta diretamente os proprietários vizinhos, aumentando o risco de ignição e propagação dos fogos rurais.” **PF**



Desde 2009 que João Baeta Henriques tem estado bastante ativo na procura de uma solução para a floresta da freguesia de Alvares

“Admito que ser proprietário rústico, via herança ou por aquisição, é uma responsabilidade social e ambiental, mas também económica.”

Dirigidos a contextos de propriedade extremamente fragmentada e de escasso valor económico, os projetos de AIGP desenvolvem uma gestão ativa e racional, com enquadramento regulamentar e financeiro próprios, beneficiando de um quadro de apoios do Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural e do Fundo Ambiental para o investimento, manutenção e gestão a médio prazo, bem como da remuneração dos serviços de ecossistemas.

PROPRIETÁRIOS QUEREM TERRAS PROTEGIDAS E PRODUTIVAS

Promotor imobiliário em Lisboa, Carlos Pires visita semanalmente Alvares para manter debaixo de olho o património da família, dividido em mais de 70 parcelas, algumas das quais estão arrendadas à indústria da celulose. “A distância dificulta a gestão da floresta e, com o arrendamento, temos o trabalho mais facilitado”, adianta o proprietário natural da freguesia, onde também viveu até aos 18 anos. Por influência do pai, produtor florestal e antigo madeireiro, a floresta tornou-se uma atividade complementar na vida de Carlos. “É impossível fazer gestão na floresta sem tirar desta um rendimento. Se não olharmos de uma forma económica para a floresta, procurando investir e tirar rentabilidade, potenciamos o abandono, com tudo o que isso implica no risco dos incêndios”, sublinha, relevando a importância de uma proteção mais abrangente para permitir uma floresta “mais produtiva e mais rentável”. A questão da rentabilidade da fileira florestal, em particular do produtor de madeira de eucalipto, é fortemente dependente da sua valorização pela indústria e também dos custos finais em campo (corte e recheça), a que se adicionam o transporte para a fábrica. A evolução dos incêndios na região nos últimos 40 anos foi um dos motivos que levou Carlos Pires a apoiar, desde a primeira hora, a constituição da AIGP. “Este projeto tem uma importância capital. Vivemos numa zona com um contexto comum ao Pinhal Interior – pequena propriedade, baixa



◀ Carlos Pires divide a sua vida entre Lisboa e Alvares, onde a família possui vários terrenos florestais

densidade populacional e permanente ameaça dos incêndios – e há uma necessidade efetiva de uma intervenção aprofundada para mudar este paradigma. Queremos deixar algo importante para os nossos netos”, afirma.

Os produtores de eucalipto

“Aquilo que mais tenho é eucalipto porque, dada a cadência com que a floresta arde, é a única árvore da qual ainda conseguimos tirar rendimento”, adianta, por seu lado, António Luís Arnaut, um dos proprietários mais ativos em Alvares. Este produtor florestal reside em Coimbra e recorda o tempo dos avós, “quando as matas estavam mais limpas, porque havia rebanhos e pessoas que roçavam matos pelo meio dos pinhais e dos eucaliptais e a lenha era apanhada”.

Hoje, investir na floresta representa “um grande risco”, diz, para acrescentar que “os produtores de eucalipto são malvistas, quando são os únicos que vão fazendo alguma coisa por estes terrenos”. O pior são os incêndios. “Quando o fogo vem com força e tocado a vento, isto arde tudo, seja pinheiros, eucaliptos, oliveiras, sobreiros ou couves”, afirma. “Mas posso mostrar parcelas plantadas de eucalipto que em 2017 não arderam porque estavam devidamente geridas e cuidadas, em terrenos gradados, onde o fogo chegou e parou... sem combate”, prossegue, referindo que seria interessante refletir sobre a eficiência das brigadas profissionais, por exemplo da AFOCELCA, que têm um combate efetivo no terreno. **PF**

PODER LOCAL RELEVA VALORIZAÇÃO DA FREGUESIA

Victor Duarte não hesita quando lhe perguntam qual a importância da floresta em Alvares. “É a nossa âncora económica!”, exclama o presidente da Junta de Freguesia, que também aponta o principal problema da região: “A ausência e o afastamento dos proprietários, que já vão na 3.ª e 4.ª gerações, a somar à propriedade de minifúndio que caracteriza o território da freguesia.”

Desde 1960, Alvares perdeu 80% da sua população e, segundo os dados do INE, em 2012 viviam na freguesia 812 pessoas, metade das quais tinham mais de 65 anos de idade. Quanto aos proprietários florestais, cerca de três mil, a maior parte reside em Coimbra ou Lisboa e “só aparece quando é para fazer o negócio no corte da madeira”, acrescenta Victor Duarte.



◀ Victor Duarte, presidente da Junta de Freguesia, está de “corpo e alma” com o projeto

O autarca não esconde a sua expectativa na constituição da AIGP, “pois temos aqui a ferramenta para fazer algo de estrutural na nossa floresta”, e afirma estar “de corpo e alma” com o projeto. “Sabemos que não há soluções infalíveis e os incêndios irão sempre existir, mas o objetivo fundamental é valorizar o território”, prossegue, salientando o contributo da autarquia “para esclarecer as pessoas e ultrapassar resistências que possam existir, para que este grande objetivo aconteça”.



Os espaços florestais geridos pela indústria (à esquerda na imagem) distinguem-se da floresta que cresce desordenadamente na outra margem de um dos caminhos na freguesia

INDÚSTRIA DINAMIZA E APOIA A GESTÃO

Cerca de 16% da área florestal da freguesia de Alvares é gerida pela indústria papelreira, através da The Navigator Company e da Altri Florestal. Mas não foi apenas enquanto produtores florestais que as duas empresas se juntaram ao grupo de parceiros da AIGP local: a indústria surge também como dinamizadora e patrocinadora do projeto, e compradora da matéria-prima que ali for produzida. “Vemos como muito importante este projeto, pois é mais uma demonstração de como é possível conciliar floresta de produção com áreas de conservação e usos agrícolas, e a proteção contra o risco de incêndios”, afirma Francisco Goes, da CELPA. Navigator e Altri gerem cerca de 1 430 hectares de eucaliptal na freguesia de Alvares – 859 próprios e 573 arrendados –, constituindo-se como um dos exemplos, juntamente com alguns (poucos) proprietários, na gestão ativa da floresta na região. “A indústria possui povoamentos na área inicial da AIGP e vai dar um input técnico significativo no projeto, fruto da vasta experiência que possui na gestão florestal. Mas não vamos ficar por aí. Também iremos investir na implementação e operacionalização dos trabalhos, e até já assinámos um protocolo com a Associação Florestal do Concelho de Góis para reforço dos seus meios técnicos, de modo a prestarem maior assistência à AIGP de Alvares”, acrescenta Francisco Goes.

Ganhos para toda a cadeia de valor

A CELPA e os seus associados estão particularmente empenhados em modelos de gestão que promovam



◀ Francisco Goes, da CELPA, destaca experiência da indústria na gestão florestal

a sustentabilidade da floresta, como sublinha Francisco Goes: “A floresta é rentável, mas é preciso investir nela. Este lado económico, em que o eucalipto desempenha um papel importante, pode gerar emprego e um sustento para as populações, mas também serve para alavancar investimentos noutras espécies, em áreas de conservação e proteção, com um claro objetivo de reduzir o risco de incêndio e reforçar a proteção de pessoas e bens.”

Na freguesia de Alvares, de acordo com o relatório técnico “Alvares – um caso de resiliência ao fogo”, de 2018, cerca de 70% dos prédios rústicos não têm qualquer tipo de gestão, o que potencia o risco para a floresta e tudo o que está à volta. Por isso, uma iniciativa como esta, com o planeamento certo, a solidez técnica e o envolvimento de todos os atores, representa ganhos para toda a cadeia de valor. “Temos aqui proprietários e produtores, indústria, autarquia, associação florestal, academia, WWF... Todos com um objetivo que nos une, que é o desenvolvimento rural e a fixação de pessoas no interior”, conclui Francisco Goes. **PF**



ENTREVISTA A MIGUEL FREITAS

“É TEMPO DE LEGISLAR MENOS E CONCRETIZAR MAIS”

O ex-titular da pasta das Florestas e Desenvolvimento Rural defende que é necessário fazer da floresta “um espaço de diálogo e consensos mínimos”, para simplificar os instrumentos de planeamento florestal e aproveitar o ciclo de fundos que prometem transformar o território.



Miguel Freitas acredita que a floresta nacional tem uma oportunidade “para iniciar um ciclo novo, agora que tomamos consciência coletiva do seu estado de necessidade e de como a existência de uma gestão ativa é um fator crítico de sucesso”. Apesar de algum ceticismo sobre a nova Estratégia Europeia para a Floresta, uma vez que “persiste um défice crónico e uma incompreensão sobre as necessidades de apoio”, o ex-secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural acredita que o poder político está mais desperto para as questões florestais, mas avisa que, para a necessária transição rural, é preciso “saber aproveitar melhor a energia dos agentes que existem no terreno”.

A Comissão Europeia está a preparar uma nova Estratégia para as Florestas. Que pressupostos estão em causa para o próximo ciclo florestal e que reflexo poderão ter no nosso país?

No quadro do Pacto Ecológico, a nova Estratégia Europeia para a Floresta vem reforçar uma visão holística dos espaços e dos ecossistemas florestais, associada à transição climática e à Estratégia Europeia para Biodiversidade e a Bioeconomia, alargando objetivos para novas políticas industriais, ambientais e energéticas, mas sem reconhecer estatuto próprio à Política Florestal. Persiste, assim, um défice crónico e uma incompreensão sobre as necessidades muito diversificadas de apoio para as florestas. Do ponto de vista operacional, a Comissão Europeia pretende influenciar os programas nacionais, nomeadamente ao nível do Plano Estratégico da PAC, mas a margem de manobra é curta face aos múltiplos objetivos que impendem sobre este instrumento e a força negocial da dimensão agrícola. O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), apesar de transitório, é realmente a única novidade, podendo constituir uma oportunidade de reforço do investimento florestal.

Os fundos previstos para o setor florestal vão ser suficientes para a reforma que, permanentemente, se reclama para a floresta?

O PRR é um balão de oxigénio extra que poderá ser importante para um setor florestal a necessitar de sair do estado de incerteza que a pandemia agravou. No entanto, mais do que esperar que o dinheiro resolva os problemas, é muito importante definir objetivos e metas com clareza e realismo, ouvindo os protagonistas no terreno de forma estruturada, para se poderem apresentar soluções refletidas e negociadas, conseguir uma boa articulação de fundos, nomeadamente o PEPAC e o PRR, abrir os programas de desenvolvimento regional para investimentos na bioeconomia e na inovação florestal, e reforçar os contributos nacionais do Fundo Ambiental. E, mais do que tudo, simplificar os processos e procedimentos e libertar os instrumentos de apoio do emaranhado

“O Programa de Recuperação e Resiliência é um balão de oxigénio extra que poderá ser importante para um setor florestal a necessitar de sair do estado de incerteza que a pandemia agravou.”

burocrático que colide com os objetivos de política pública e entorpece a iniciativa privada.

A floresta tem sido apontada como um dos fatores para a recuperação social e económica de Portugal na próxima década. Acredita que o setor é capaz de agarrar essa oportunidade?

A floresta é um recurso importante do país, que tem sido pouco cuidado, por razões diversas e muito complexas. A floresta e os ecossistemas florestais estão agora mais pobres em valor ecológico, em valor económico e em valor social. Décadas de degradação não se reverterem de um dia para o outro. Mas podemos iniciar um ciclo novo, agora que tomamos consciência coletiva do estado de necessidade da nossa floresta e de como a existência de uma gestão ativa é um fator crítico de sucesso. É preciso fazer da floresta um espaço de diálogo e consensos mínimos, e não um espaço de confronto de interesses. É preciso capacitar os produtores florestais e as suas organizações, e reforçar a ligação entre a indústria e a produção. E é essencial aproveitar este ciclo de fundos, nos recursos como nas prioridades, para fazer as transformações que se impõem, com ambição e os pés bem assentes no chão.

Quais são os grandes desafios para as próximas décadas?

Um grande desafio é, desde logo, legislar menos e concretizar mais. O pacote legislativo recentemente aprovado introduz mudanças suficientes e a ►

questão do cadastro e do valor social da terra foram salvaguardados. Agora, temos de avançar. Tenho afirmado que há muito mais arquitetura que engenharia na política florestal. É preciso simplificar os instrumentos de planeamento florestal e concretizar a escala da paisagem na transposição dos instrumentos de ordenamento e gestão territorial. Por outro lado, precisamos de ter políticas públicas ajustadas às diferentes realidades do país. Nesse sentido, temos duas questões marcantes na nossa floresta: os fogos e os processos de desertificação. Creio que, relativamente à floresta de minifúndio que arde, o Governo fez escolhas, definiu uma estratégia, um plano e um programa de ação, com uma imensa lista de projetos, mas, acima de tudo, com uma orientação para os resultados. O Programa de Transformação da Paisagem é o bisturi para as ações cirúrgicas no território, com novos modelos de organização e novas modalidades de financiamento, a remuneração dos serviços dos ecossistemas. É aqui que o PRR se posiciona para intervir. O plano de combate à desertificação, estando inscrito no Programa Nacional de Investimentos 2030, não o encontro plasmado em nenhum dos instrumentos financeiros que conheço, sendo essencial assumir uma abordagem agroflorestal sistémica e integradora.

Nem sempre a legislação tem resolvido os problemas no terreno, como se percebe no contacto com os agentes locais, de proprietários e associações. O poder político tem andado distante da floresta?

O poder político está muito mais desperto para as questões florestais. Os sucessivos Conselhos de Ministros dedicados à floresta e a própria posição do Presidente da República deram uma nova centralidade à questão florestal. É preciso aproveitar essa centralidade para fazer a mudança. Creio que o segredo está em saber aproveitar melhor a energia dos agentes que existem no terreno, como “braço armado” da transição rural que é necessário encetar. Só estabelecendo redes de confiança e responsabilidade se poderá atingir resultados num curto espaço de tempo.

Portugal é um país pequeno, mas com realidades distintas no ordenamento do território. As novas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) são uma solução para o problema estrutural da propriedade?

As AIGP são uma solução encontrada para redinamizar as Zonas de Intervenção Florestal e outras formas coletivas de gestão florestal. Creio que este mecanismo é muito interessante, devendo ser aprofundado à medida que forem

“O plano de combate à desertificação, inscrito no Programa Nacional de Investimentos 2030, não o encontro plasmado em nenhum dos instrumentos financeiros que conheço.”

“É PRECISO QUE A FLORESTA NÃO SE CONFUNDA COM FOGO”

Assumi a pasta da Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural logo após a tragédia de Pedrógão Grande. Como foi essa experiência?

Desafiante, intensa e muito marcante. Sinto que muito do que fizemos está a ter continuidade. E só o tempo permitirá conhecer os resultados. O que importa, agora, do ponto de vista pessoal, é que continuo atento e empenhado, dando o meu contributo sempre que sinto que posso ser útil, usando essa experiência acumulada.

2017 marca um antes e um depois na floresta nacional? De que forma?

Na tomada de consciência coletiva. O choque foi tremendo. Foram feitos muitos investimentos na resiliência dos territórios, abertos novos espaços de diálogo e mobilização das organizações de produtores e baldios, concretizada uma maior articulação entre os agentes da prevenção e do combate aos incêndios florestais e implementados novos métodos de planeamento e monitorização de resultados. Mas é preciso que a floresta não se confunda com fogo, mas seja encarada como um bem precioso que é preciso preservar, desenvolver e valorizar. É preciso manter viva a memória, mas procurar alterar a mensagem, tornando-a mais pedagógica, mais positiva e mais abrangente. O abandono é sintoma da falência do mundo rural, sendo necessárias respostas estruturantes e estruturais apropriadas, nacionais e europeias, com o sentido de longo prazo. Estamos perante um desafio intergeracional, que requer a mobilização de toda a sociedade.

sendo conhecidas as intenções de investimento. No essencial, as empresas e os produtores florestais esperam estabilidade na estratégia a implementar, pois quaisquer investimentos, pelo tempo necessário para alcançar objetivos, obrigam à continuidade das medidas de apoio e de incentivos. Tal como defendi para os Agrupamentos de Baldios, é essencial encontrar na criação das AIGP parcerias alargadas com outros agentes, nomeadamente as autarquias e as indústrias, para planos com músculo de médio e longo prazo, em termos de iniciativas de gestão e mobilização de recursos.

Que papel pode desempenhar a indústria no desenvolvimento florestal?

A indústria é um parceiro essencial para dar valor à floresta. Mas tem de contribuir para dar valor na tripla dimensão ecológica, económica e social. Tem de estar mais próximo da produção, garantir contratos que permitam dar alguma previsibilidade e pagar, justamente, a matéria-prima. Além disso, deve investir em parcerias estratégicas com as Organizações de Produtores Florestais e os Baldios para investimento direto na produção, partilhando custos e mutualizando riscos, para uma melhor gestão coletiva.

Como analisa o trabalho que a indústria da pasta e do papel está a realizar na floresta de eucalipto em Portugal?

A indústria da pasta e do papel é potente e inovadora, sendo um dos líderes mundiais do setor. Nessa

“A indústria é um parceiro essencial para dar valor à floresta. Mas tem de estar mais próximo da produção, garantir contratos que permitam dar alguma previsibilidade e pagar, justamente, a matéria-prima.”

◀ Licenciado em Engenharia Agrícola, Miguel Freitas foi deputado, por Faro, em três legislaturas, e secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural entre 2017 e 2019. Atualmente é docente na Universidade do Algarve

trajetória, as políticas públicas desempenharam um relevante papel de cofinanciamento do investimento em desenvolvimento tecnológico e produtivo das empresas. Creio que o país não está em condições de desperdiçar esse potencial de riqueza. Há novos caminhos a ser percorridos pela indústria e uma reaproximação à produção, com projetos comuns que mobilizam milhares de produtores para uma gestão mais ativa. Mas esta relação virtuosa deve ser aprofundada numa perspetiva de parcerias estratégicas territoriais, multidimensionais, que contribuam para uma floresta de eucalipto mais produtiva, como parte de territórios mais resilientes, melhor ordenados e bem geridos.

Como vê a influência e a ação do poder local na relação com a floresta e os seus atores?

O poder local é um novo protagonista na floresta, e creio que bem importante. Não vejo as autarquias como gestores florestais, mas como entidades de suporte a estratégias territoriais alargadas, onde os espaços rurais devem ser integrados, na perspetiva da criação de infraestruturas verdes, geradoras de valor e de emprego. No quadro desse novo posicionamento autárquico, é essencial o papel das comunidades intermunicipais, pois permitem dar escala e coerência aos exercícios de planeamento, ordenamento e gestão florestal. **PF**

Leia a entrevista na íntegra em www.produtorestlorestais.pt

UMA VISÃO DE 360 GRAUS DAS EXPLORAÇÕES

No vasto território do litoral alentejano, a associação, que tem sede em Alcácer do Sal, assume-se como “uma referência” na região. E está preocupada com a falta de rendimento dos produtores agroflorestais.

A incerteza provocada pelas alterações climáticas levou a ANSUB – Associação Nacional de Produtores Florestais do Vale do Sado a olhar para a floresta de forma integrada, recusando meter “os ovos todos na mesma cesta”. Liderando uma associação de produtores sobretudo agroflorestais, o presidente, Pedro Silveira, sublinha as suas preocupações à “Produtores Florestais”: “O que nos interessa é que o proprietário consiga obter um rendimento aceitável e sustentável da sua exploração. Temos uma visão de 360 graus, sem nos focarmos apenas num produto florestal ou só na floresta propriamente dita”. Na área florestal abrangida pela ANSUB predomina o sobreiro (mais de 50% da área) – “a produção de cortiça é muito importante na região sul”, refere o responsável –, além de uma significativa mancha de pinheiro-manso e ainda povoamentos de azinheira no interior e eucalipto no litoral.

A caminho de 27 anos de existência, a ANSUB assume-se como “uma referência” no território onde atua. Neste período, Pedro Silveira tem assistido a “uma evolução notável, no que diz respeito ao pinheiro-manso, com novos povoamentos ordenados”. Também se notou “muito investimento em sobreiros,

mas com resultados abaixo das expectativas, em parte por falta de conhecimentos”, reconhece. “Foram sobretudo projetos de reflorestação de terras agrícolas. Julgou-se que o sobreiro crescia em todo o lado e não é bem assim. Há áreas novas que tardam a entrar em produção, com problemas fitossanitários. Há áreas em regressão, como a Serra de Grândola. E o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) tem sido um problema grave, com impacto brutal em toda a floresta de pinheiro-bravo. O panorama não é famoso”, prossegue o presidente da ANSUB.

Aposta na multifuncionalidade

Sem descartar a ameaça dos incêndios, Pedro Silveira encara como “afetivo o efeito das alterações climáticas”, que se mede no aumento da agressividade dos agentes bióticos, isto é, nas pragas e doenças. “Os prejuízos são agora mais severos e não temos ferramentas para lutar. A cobrilha da cortiça transforma cortiça de muito boa qualidade em refugio, perdendo-se milhões de euros todos os anos.” Os aumentos dos períodos de seca e das temperaturas médias também preocupam muito, e “adaptarmo-nos a essa nova realidade será o desafio dos próximos anos”.

◀ Pedro Silveira com a equipa de colaboradores na Associação dos Produtores Florestais do Vale do Sado

Na floresta abrangida pela ANSUB, predomina o sobreiro (mais de 50% da área), além de uma importante mancha de pinheiro-manso e ainda povoamentos de azinheira no interior e eucalipto no litoral.

Uma estratégia é apostar na multifuncionalidade. Além de perspetivar novos negócios, como o *carbon farming* (práticas agrícolas e florestais que incrementam o sequestro de carbono), a ANSUB vê com bons olhos a renovação dos intervenientes nas fileiras florestais. Por exemplo, “o pinhão trouxe pessoas ao negócio. É importante haver quem queira investir e ganhar dinheiro, para andarmos para a frente”, defende Pedro Silveira, considerando que “o maior problema da floresta portuguesa não são os fogos”, e sublinhando que “um problema grave é a falta de rentabilidade”.

Pedro Silveira dá um exemplo de rentabilização na zona de Alcácer do Sal, onde está sediada a ANSUB, e que é conhecida por Solar do Pinheiro Manso: “O pinhão tornou-se um produto gourmet, quase de luxo, e tem proporcionado aos produtores bons rendimentos. Embora tenha um mercado pouco evoluído, é um dos produtos florestais que tem recebido mais estímulos na formação do preço, o que é muito bom para a rentabilidade”.

“Índio numa reserva”

A política florestal em Portugal deixa o dirigente da ANSUB insatisfeito. “O produtor florestal está a ser a parte mais desprezada, incluindo na problemática dos fogos. É olhado como o mau da fita, o que não faz, o que não gere. Na verdade, estamos a pagar pelos erros de outros, nomeadamente quando sofremos com as alterações climáticas. Isso traz-nos custos de gestão brutais, com pragas e doenças novas ou mais agressivas, e nada disso é contabilizado ou compreendido. Como produtor florestal, sinto-me como um índio numa reserva. Esta política errante não vai resolver os problemas da nossa floresta. Andamos a tentar reinventar a roda”, critica Pedro Silveira. Nesta fase, parte substancial dos esforços da ANSUB estão alocados à “negociação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), para fazer com que, na programação até 2027, as coisas corram o melhor possível para os produtores nacionais”, ultrapassando constrangimentos que não existiam antes. “O QCA foi transformado num bicho de sete cabeças, praticamente inviabilizando a sua utilização. É triste”, lamenta Pedro Silveira, para rematar: “Temos muita dificuldade em ajudar os produtores”. **PF**



▲ O presidente da ANSUB reconhece o efeito das alterações climáticas no aumento das pragas e doenças na floresta

ASSOCIADOS: 140

ÁREA FLORESTAL ABRANGIDA: Cerca de 170 mil hectares (132 mil ha é área de ZIF)

GRUPO CERTISADO (GRUPO DE CERTIFICAÇÃO DE GFS DA ANSUB): cerca de 23 mil hectares (70 propriedades, 37 membros)

CONCELHOS (área de influência):

Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém (no distrito de Setúbal) e concelhos limítrofes.

CONTACTOS:

Site: www.ansub.pt

Facebook: www.facebook.com/AnsubAssociacaoDosProdutoresFlorestaisDoValeDoSado

Telefone: 265 612 684 / 964 861 860

E-mail: ansub@ansub.pt



IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO NAS FILEIRAS FLORESTAIS

Para enfrentar os desafios da floresta, a ANSUB está envolvida em projetos de investigação e “tentativas de melhorar o conhecimento existente, nomeadamente a nível de solos e de pragas”, refere Pedro Silveira, sendo parceira do projeto Life Montado, entre outros. E o parque clonal da associação, que já produziu milhares de garfos para enxertar pinheiros mansos, é um dos orgulhos desta entidade, a par da formação que tem sido dada a trabalhadores. Pedro Silveira lamenta não haver investimento em know-how de gestão e conhecimento científico aplicado na generalidade das fileiras florestais, apontando o eucalipto como exceção. “O RAIZ é um bom exemplo, por duas características: é um instituto que não é público e tem financiamento privado. Não estar dependente do financiamento público faz toda a diferença, porque permite fazer projetos de investigação mais longos e mais adequados às necessidades da floresta, aliando este facto à vantagem de o eucalipto ter ciclos mais curtos – de 20/25 anos, enquanto o do sobreiro é de 200 anos e o do pinheiro-manso é de 120 –, o que facilita a investigação”, constata.



DOMINGOS E MANUEL FERREIRA

UMA FAMÍLIA QUE INVESTE NA SILVICULTURA

É no Minho que os dois irmãos têm as suas plantações de eucalipto. Com décadas de experiência, estes produtores alertam para a necessidade de povoamentos bem ordenados, pois só com cuidado constante é possível tirar da floresta todo o seu potencial.

Os irmãos Domingos e Manuel Ferreira, naturais de Balugães, Barcelos, além de partilharem negócios durante boa parte da vida, têm em comum o interesse pela floresta. Manuel, o mais novo, além de plantações de eucalipto investiu também em castanheiro e carvalho. Já Domingos prefere apenas o mais rápido crescimento do eucalipto. Um e outro orgulham-se do bom ordenamento e limpeza que exibem nas suas propriedades e, para garantir mais apoio, não hesitaram em recorrer ao Programa Premium da Navigator.

O amor à terra surgiu ainda na infância, quando ambos trabalharam na agricultura. Mas as semelhanças terminam aqui, já que os dois irmãos Ferreira seguiram percursos distintos. “A minha vida dava quase um romance”, afiança Manuel, de 67 anos. Não está longe da verdade. Trabalhou na agricultura até aos 14 anos, altura em que, ainda sem carta, passou a conduzir um trator e a preparar terrenos agrícolas. Dois anos mais tarde passou a negociar com a chamada “madeira branca”, a madeira de amieiro e salgueiro que, na época, era utilizada para fazer chancas e socos. “Comprava, abatia e levava a madeira, eram às 10 e 15 toneladas”, recorda. ▶

COMO ADERIR AO PROGRAMA PREMIUM

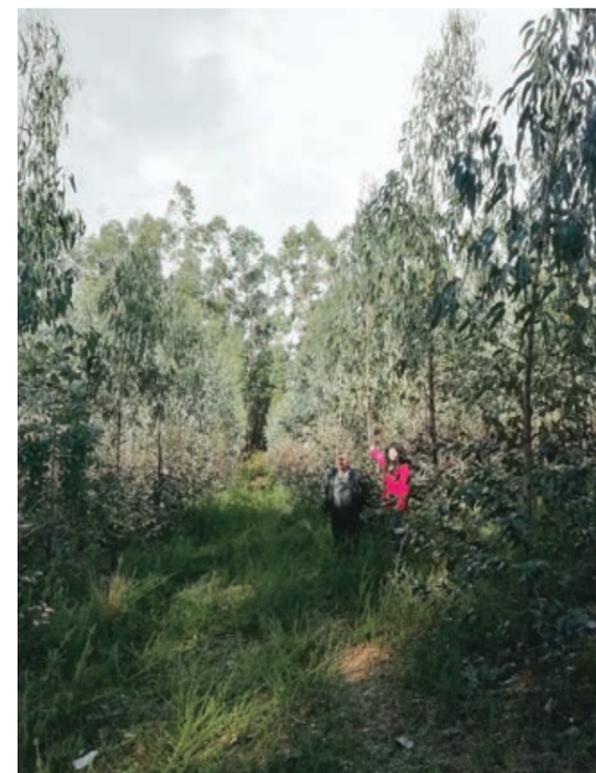
O Programa Premium da Navigator fornece apoio técnico de forma gratuita e destina-se a plantações de eucalipto. Qualquer proprietário pode recorrer ao programa, bastando para isso enviar o seu pedido de apoio, sendo de seguida agendada a visita da equipa técnica, normalmente a cargo da Consultoria Florestal do RAIZ. O proprietário recebe depois um relatório com a descrição do problema e possíveis soluções e indicações técnicas de gestão. A aplicação das soluções propostas é da responsabilidade do proprietário, que continuará a beneficiar do apoio técnico do programa. Os interessados devem submeter o seu pedido pelo e-mail: premiumflorestal@thenavigatorcompany.com

Programa Premium
PRODUTORES FLORESTAIS



“A silvicultura é uma atividade sazonal, mas é algo que tem de ser sempre cuidado, caso contrário não tiramos o resultado que podíamos tirar”, adverte Manuel Ferreira, que leva 27 anos ligado à floresta.

- ◀ Domingos e Manuel Ferreira são proprietários ativos na produção florestal, com eucaliptais certificados pela ACF Minho-Lima desde 2013. Em 2018 começaram a beneficiar de apoio técnico ao abrigo do Programa Premium da Navigator
- ▶ Na primeira visita às propriedades de Domingos Ferreira era este o estado de uma das parcelas



A IMPORTÂNCIA DE CUIDAR E LIMPAR A FLORESTA

Ambos os irmãos destacam a importância de manter a floresta limpa e ordenada. Na opinião de Domingos, é aqui que está o principal problema da floresta nacional. “As pessoas apostam pouco nisso. Eu todos os anos limpo as minhas propriedades, porque assim é mais fácil de fazer. Há pessoas que deixam estar dez ou 15 anos e depois é um matagal que mete medo, ninguém lá entra! Vêm os incêndios e é um pandemónio”, lamenta Domingos, que, se não fosse a “prisão” que os animais geram, até gostava de aderir à silvopastorícia. “É uma coisa boa, porque os animais limpam, não poluem a terra, não dão cabo do solo, e por onde eles passarem fica tudo limpo, é uma maravilha!”. Com a filha a ajudá-lo na empresa, Manuel consegue tirar algum tempo para dedicar à silvicultura, estando a seu cargo a limpeza e preparação dos terrenos. “Ainda há pouco andei a preparar uma propriedade para ser plantada. É uma atividade sazonal... Agora dá muito trabalho, depois estamos uns meses sem ir às propriedades. Mas é algo que tem de ser sempre cuidado, caso contrário não tiramos o resultado que podíamos tirar”, adverte.

BILHETE DE IDENTIDADE

PRODUÇÃO FLORESTAL: Áreas florestais de eucalipto certificadas pela ACF Minho-Lima, cuja intervenção contou com o apoio técnico do Programa Premium Navigator.

PROPRIETÁRIO: Manuel Ferreira

ÁREA: 27,9 ha (12 parcelas distribuídas por 10 freguesias nos concelhos de Esposende, Barcelos, Ponte de Lima e Viana do Castelo)

PROPRIETÁRIO: Domingos Ferreira

ÁREA: 15,79 ha (5 parcelas distribuídas por 3 freguesias nos concelhos de Barcelos e Viana do Castelo)



Isto até aos 20 anos, quando a tropa o levou primeiro para Leiria e depois para Angola – não sem antes ainda se aventurar no contrabando, quando trazia fogões a lenha de Espanha, desmontados na bagageira do carro que o pai lhe oferecera aos 18 anos. No regresso de Angola ainda pensou retomar o negócio da madeira, mas o mercado estava parado e foi nessa altura que se associou a Domingos, para criar a empresa de manilhas em betão armado que gere até hoje.

Redescobrir a floresta

Domingos, com 72 anos e o registo de uma juventude menos aventureira que o irmão, trabalhou na agricultura até formar a empresa com Manuel. Há dez anos, vendeu-lhe a sua parte na sociedade e decidiu investir na silvicultura. “Já não tenho 20 ou 30 anos. No negócio do betão havia necessidade de trabalhar todos os dias, incluindo ao fim de semana. A floresta acaba por ser menos trabalhosa, porque é mais sazonal... A época das limpezas e da adubação dá trabalho, mas é tudo feito com máquinas. Se fosse feito à mão não queria a silvicultura para nada!”, conta com humor.

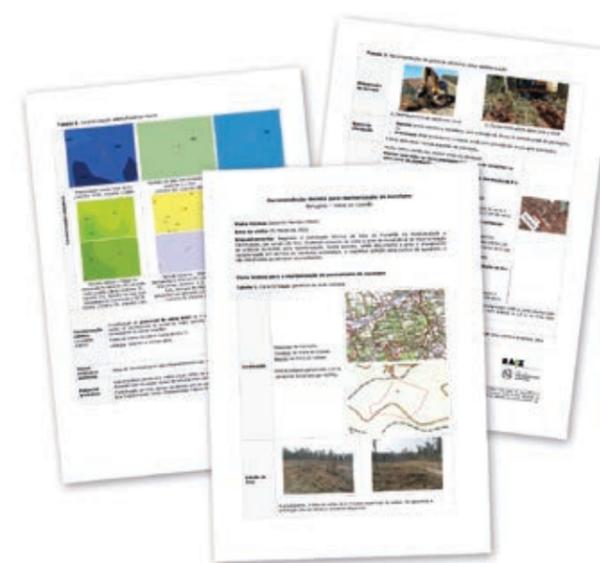
Ao longo da última década, Domingos juntou às parcelas que tinha herdado dos pais outras que foi comprando, reconvertendo todos os terrenos para a plantação de eucalipto. “Nesta altura, o pinheiro, por causa da doença do nemátodo do pinheiro, está a morrer bastante, e o eucalipto é uma árvore de crescimento mais rápido”, explica. A esta vantagem, Manuel acrescenta outra – a resistência: “O eucalipto dá-se melhor nos terrenos, e se houver um incêndio, depois de o cortarmos, rebenta de novo. Se for o pinheiro tem de se fazer nova plantação, e com a praga que aí anda, é uma perda de tempo.” São os aspetos práticos que o levam a ter o eucalipto como espécie principal nas suas propriedades.

Investimento a longo prazo

Apesar de se manter a trabalhar na empresa de manilhas de betão, Manuel começou na silvicultura há mais tempo do que Domingos. “Há 27 anos comprei uma propriedade de 40 hectares, que tinha quatro hectares de cultivo e o resto era baldio. Plantei 67 mil pés de eucalipto e três mil e tal pés de castanheiro e carvalho do norte. Passados oito anos apareceram uns indivíduos que quiseram comprar e fiz o negócio da minha vida!”, conta, entusiasmado. A partir de então continuou a comprar propriedades nos concelhos de Barcelos, Ponte de Lima e Viana do Castelo. “Gostei sempre da floresta... Gosto de visitar as propriedades, ver como a madeira se está a desenvolver, de apreciar essas coisas. Hoje devo ter para cima de 50 hectares. O forte é o eucalipto, mas



- ▲ Domingos Ferreira (à dir.) vendeu a sua parte ao irmão no negócio familiar de manilhas de betão armado, para se dedicar à silvicultura
- ▼ Os relatórios dos técnicos do RAIZ e da Navigator incluem informação detalhada do terreno, como estimativas de produtividade, nível de aptidão do solo ou valores de precipitação



tenho também áreas com castanheiro e carvalho”, diz. Para Domingos, o investimento na floresta faz tanto mais sentido quanto mais jovem for o silvicultor. “Quando a pessoa é mais nova, vale a pena investir na floresta, já que, à partida, terá muitos anos pela frente. A silvicultura é um investimento de longo prazo. Mesmo no caso do eucalipto, que é uma árvore de crescimento rápido, se correr bem serão sempre 12 anos”, diz, alertando ainda para a necessidade de escala. “Propriedades muito retalhadinhas não dão nada”, assume. **PF**

“Nesta altura, o pinheiro, por causa da doença do nemátodo do pinheiro, está a morrer bastante, e o eucalipto é uma árvore de crescimento mais rápido”, afirma Domingos Ferreira.

MAIS-VALIA EM AUDITORIAS À GESTÃO CERTIFICADA

A Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima tem sido parceira no aconselhamento técnico que a Navigator e o RAIZ têm providenciado nas propriedades dos irmãos Ferreira, ao abrigo do Programa Premium. Os relatórios produzidos pelos técnicos, com estimativas de produtividade, informações sobre a aptidão e potencial do solo, valores de precipitação, etc., já serviram como mais-valia em auditorias à gestão na floresta certificada da ACF Minho-Lima.

Os dois proprietários/produtores têm plantações certificadas desde 2013 e sabem das vantagens que uma gestão com boas práticas representa para a segurança e produtividade da floresta. “As primeiras visitas Premium a estas propriedades aconteceram em 2018, e o apoio técnico incidiu na adubação de manutenção. Mais recentemente, pediram-nos recomendações em matéria de fitossanidade e para uma nova plantação, incluindo a preparação do terreno, compasso, adubação e alocação de planta clonal”, explica Eduardo Mendes, do RAIZ. O Programa Premium também tem funcionado como um complemento ao “Limpa e Aduba”, direcionando proprietários e produtores para aquela iniciativa da CELPA, que fornece gratuitamente o adubo e a sua aplicação em eucaliptais previamente limpos de matos.

A ADUBAÇÃO CERTA FAVORECE O CRESCIMENTO DAS PLANTAS

Esta operação corrige o défice nutricional dos solos de uso florestal, como os que ocorrem na generalidade do território português, permitindo maximizar a produção de madeira no eucaliptal.

A adubação tem como objetivo satisfazer as necessidades de nutrientes das plantas, para maximizar a produção de madeira. Em Portugal, a sua aplicação é necessária, já que a generalidade dos solos de uso florestal não suprime as necessidades inerentes a momentos-chave do crescimento da planta.

A gestão nutricional cuidada ao longo das rotações do eucaliptal, através da adubação continuada dos povoamentos, ajuda a manter a capacidade produtiva dos solos e a sua riqueza natural, podendo até beneficiá-los com o aumento do teor de matéria orgânica e nutrientes associados a esta operação.

A planta entra em défice nutricional quando não obtém os nutrientes para crescer de forma

adequada, apresentando, em casos mais graves, sintomas como coloração das folhas ou perda precoce da folhagem da copa. Se o problema não for corrigido na altura certa, estes povoamentos produzem menor volume de madeira.

Fases da adubação

O eucalipto tem dois momentos de maior exigência nutricional durante o seu crescimento: na plantação e no pico de absorção dos nutrientes, o qual ocorre na manutenção, habitualmente entre os dois e os cinco anos [ver gráfico nas págs. 22-23]. Estas são as fases em que há maior probabilidade de o solo não ser capaz de fornecer nutrientes em quantidade adequada para as plantas, representando, assim, a maior oportunidade para adubar. **PF**

PROGRAMA LIMPA E ADUBA

Para a obtenção de melhores resultados na adubação é recomendado a realização de análises ao solo e às folhas, com recurso a aconselhamento técnico especializado. Para os proprietários florestais que tenham povoamentos puros de eucalipto, com idades entre os dois e os seis anos, localizados em áreas de minifúndio com aptidão para esta espécie (e sem condicionamentos ambientais e legais), está disponível o programa “Limpa e Aduba”.

Promovido pela CELPA, este programa fornece o adubo, o apoio na sua aplicação e consultoria técnica aos proprietários que se comprometam com a realização da limpeza e seleção de varas dos seus eucaliptais.

São elegíveis povoamentos entre os 2 500 m² (0,25 ha) e os 25 hectares, sendo que, no caso de se tratar de uma plantação certificada, ou no início do processo de certificação, há lugar a priorização e majoração da área a beneficiar, que pode ir até aos 50 hectares. As candidaturas ao “Limpa e Aduba” são efetuadas através dos parceiros aderentes do programa, nomeadamente associações de produtores florestais, empresas, grupos de certificação, fornecedores de madeira, etc. Mais informação em: www.celpta.pt/melhoreucalipto/limpaaduba/.

O eucalipto tem dois momentos de maior exigência nutricional durante o seu crescimento: na plantação e no pico de absorção dos nutrientes, entre os dois e os cinco anos.

A MELHOR ALTURA PARA ADUBAR

A primavera é a altura do ano mais indicada para a aplicação de adubos na manutenção, embora o outono também possa ser uma estação favorável, dependendo das condições climatéricas. De um modo geral, deve adubar-se nas regiões mais secas (Sul e interior) em março; nas regiões com clima intermédio (Sul e Centro litoral) de março a abril; e nas regiões mais chuvosas (Norte) entre abril e maio. Refira-se que estes meses são apenas indicativos, pois deverá sempre ser avaliado, em cada ano e local de adubação, a existência de condições adequadas para esta operação (ex: solo húmido, previsão de chuva após a adubação, inexistência de chuvas fortes). Na altura de adubar é importante respeitar as distâncias de proteção às linhas de água e a outros locais sensíveis, bem como as indicações fornecidas na ficha de segurança dos produtos. E devem utilizar-se sempre os equipamentos de proteção individual recomendados.

NUTRIENTES

Azoto	Fósforo	Potássio	Boro	Cálcio
N	P	K	B	Ca



COMO REALIZAR A ADUBAÇÃO DE INSTALAÇÃO

A adubação é fundamental no momento da plantação, de forma a proporcionar bom enraizamento e crescimento inicial das plantas, devendo ser feita de acordo com uma das seguintes opções:

Em regiões mais chuvosas (maior produtividade)

1. É recomendável efetuar uma calagem do terreno, pelo menos seis meses antes da plantação. Aplicar 1,5 t/ha em área total de um calcário calcítico (ou dolomítico), com cerca de 30% de cálcio (Ca), incorporando superficialmente o produto no terreno ou não.

2. Uma dose de 30 g/planta de adubo de libertação controlada, tipo 14-12-9 +0,1B (por ex: da marca Agroblen) ou equivalente, que deve ser aplicado manualmente na cova/covacho da plantação. Este adubo, com nutrientes inteiramente capsulados e no máximo 0,1% de boro na sua composição, atua durante 8-9 meses.

3. Uma dose de 100 a 150 g/planta de Superfosfato 18 (100g/planta no Sul do país e 150g/planta nas regiões Norte e Centro), aplicado de forma manual após a plantação num sulco intermitente de 60 centímetros ao longo da linha de plantação (30 cm de cada lado

da planta) e depois coberto com 5 cm de terra. Para além de fornecer fósforo, a adubação fosfatada favorece o desenvolvimento radicular das plantas, diminuindo o risco de tombamentos.

Nota: nas regiões do Sul, este pode ser substituído pelo uso de Superfosfato 42 ou 45, na dose de 40g/planta.

Em regiões menos chuvosas (menor produtividade)

1. Uma dose de 60 g/planta de adubo de libertação controlada, tipo 11-22-9 ou similar, totalmente revestido e com longevidade de oito a nove meses, que deve ser aplicado manualmente no fundo da cova de plantação. **PF**

A FÓRMULA 20-10-10

O adubo 20-10-10 é do tipo 2-1-1 e, como diz a sua fórmula, é composto por 20% do nutriente azoto (N), 10% da molécula pentóxido de fósforo (P2O5), correspondente a 4,4% de fósforo (P) e 10% da molécula óxido de potássio (K2O), correspondente a 8,3% de potássio (K).

... E A ADUBAÇÃO NA FASE DE MANUTENÇÃO

A adubação de manutenção no eucaliptal visa suprir as necessidades nutricionais das plantas nos primeiros 4-5 anos de crescimento (após plantação ou em talhadia), potenciando um aumento de produtividade do povoamento. Para esta, consideram-se duas fases:

1. Aplicar um adubo rico em azoto na primeira rotação. Esta primeira adubação (AD1) pode conter boro, ou, em alternativa, a aplicação boratada pode ser realizada em separado [ver doses na tabela]. Os adubos devem ser aplicados na projeção da copa, num raio de 50 cm a um metro, ou ao longo da linha

de plantação, numa faixa de 50 cm a um metro de largura. A operação pode ser feita de forma manual ou mecânica, desde que respeite o local de aplicação indicado para a adubação.

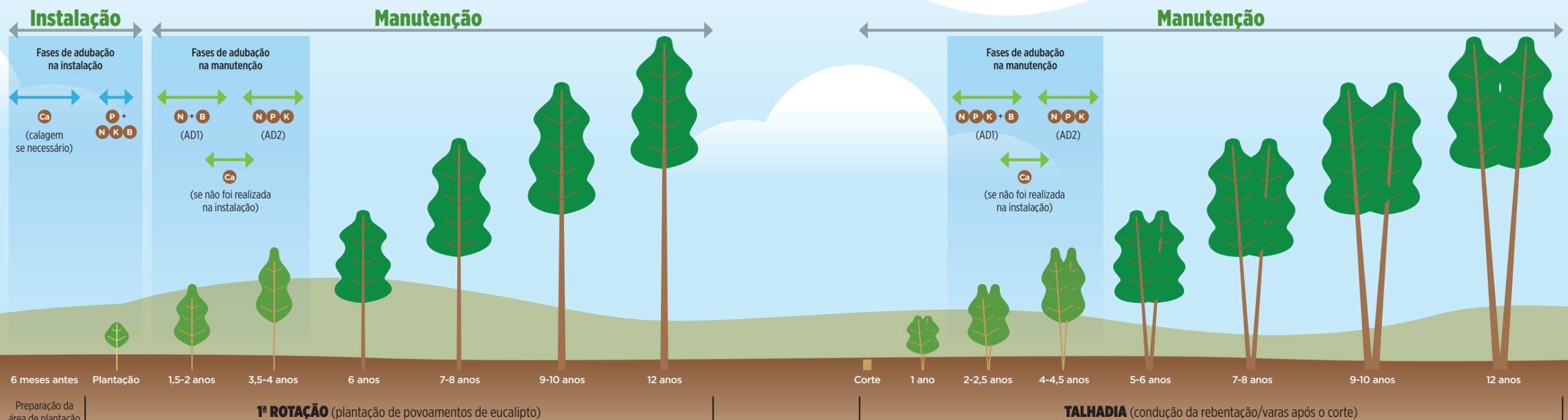
2. Aplicar um adubo ternário do tipo 2-1-1 [ver tabela] na segunda adubação da primeira rotação (AD2) e talhadas (AD1 e AD2), preferencialmente após seleção de varas. Na AD1 da talhadia, o adubo deve conter boro, mas também pode ser aplicado em separado [ver doses na tabela]. Estes adubos devem ser aplicados numa faixa de dois metros ao longo da linha de plantação, de forma manual ou mecânica. **PF**

TIPOLOGIAS DE ADUBO E DOSES RECOMENDADAS

(valores médios para o país, em kg/ha, considerando 1 250 plantas por hectare)

Alguns exemplos de adubos a aplicar na fase de manutenção do eucaliptal	Idade dos povoamentos (anos)		
	1,5-2,5 (AD1)	3,5-4,5 (AD2)	
Adubos ternários (NPK) Adubos não capsulados, contendo azoto, fósforo e potássio (do tipo 2-1-1)	20-10-10	250	350
Adubos azotados (N) Adubos não capsulados, ricos em azoto (preferencialmente com pelo menos 50% de N amoniacal)	Sulfato de amónio (20,5 N)	200	-
	Azotado (≈34 N)	150	-
	Ureia (46 N)	100	-
Adubos boratados (B) Adubos não capsulados, ricos em boro (podem ser substituídos por adubos N ou NPK com 1% de B na formulação)	Granubor Natur (15 B)	20	30

NOTA: Caso o povoamento apresente deficiências nutricionais noutra idade, este deve ser adubado. Se se tratar de um povoamento jovem (1 ano), a dose de 1,5-2,5 anos deve ser diminuída em 25% ou 50% se as árvores tiverem menos de um metro de altura.



SOBRANTES E RESÍDUOS: UM VALOR EXTRA



Valorizar a biomassa residual da floresta é uma oportunidade para melhorar a gestão nos espaços florestais, com evidentes benefícios: limpeza dos terrenos, menor risco de incêndio e operações mais facilitadas, e aumento da produtividade.

Todos os anos até ao início do verão, os proprietários rurais têm de assegurar a limpeza das faixas de gestão de combustíveis nos seus terrenos, numa área de 50 metros à volta de habitações e outras edificações e de 100 metros à volta dos aglomerados populacionais. Na falta desta limpeza, incorrem em multas que variam entre 280 euros e 10 mil euros (para particulares) e 3 mil a 120 mil euros (para pessoas coletivas). Embora o objetivo desta legislação seja proteger a floresta e as populações dos incêndios, ao reduzir a carga combustível na superfície do solo, a limpeza de terrenos tem outras vantagens. Para o proprietário florestal, esta ação pode vir a compensar o custo e, até mesmo, representar um rendimento. A diferença está no aproveitamento da biomassa residual florestal.

As cadeias de abastecimento desta biomassa recebem não apenas os resíduos das limpezas de terreno, mas também os sobrantes da exploração florestal, tais como copas de árvores, cascas,

material proveniente de desbastes e podas, entre outros. Material que pode ser retirado dos terrenos gratuitamente pelas empresas que fazem essa exploração florestal, ou vendido às empresas que transformam a biomassa.

No fundo, trata-se de uma gestão florestal sustentável, que adiciona outras vantagens para os proprietários, com o crescimento mais rápido e saudável dos povoamentos limpos de matas; para a economia, com o incremento da economia circular e a criação de postos de trabalho em indústrias que utilizam esta matéria-prima; e para o ambiente, com a redução das queimadas e o aproveitamento da biomassa para a produção de biocombustíveis e de energia renovável.

O valor dos resíduos da exploração florestal

Como refere Pedro Ramos, Diretor de Projetos da Forestfin, Florestas e Afins, Lda., o importante é que “o produtor florestal deixe de considerar a biomassa como um subproduto e passe a considerá-la como mais um produto da sua exploração”. Um exemplo

◀ A empresa Mónica & Filhos possui o único parque de recolha de biomassa da região de Ferreira do Zêzere, a funcionar desde setembro do ano passado

“É importante que o produtor florestal deixe de considerar a biomassa como um subproduto e passe a considerá-la como mais um produto da sua exploração”, afirma Pedro Ramos, da Forestfin.

claro disso são os cepos florestais. “Normalmente, o arrancar dos mesmos, no fim de uma plantação, é uma operação cara. Contudo, se houver a clara perspectiva de os poder vender a bom preço, mesmo que obrigue à realização de operações de remoção da sujidade, então o produtor poderá pensar na sua remoção de outra forma.”

A aquisição de resíduos da exploração florestal, os chamados sobrantes, depende de quem compra e da localização da exploração – porque o volume da biomassa condiciona o seu transporte –, “mas os valores andarão entre os oito e os 15 euros por tonelada de material já rechegado (em carregadouro, junto a caminhos)”, avança este engenheiro silvicultor. Se não houver compradores por perto, no caso de solos pobres, então, em vez de queimar, “a solução passará por incorporar os sobrantes no solo a partir do seu destroçamento”. O custo, mais uma vez, é compensado pelos benefícios de fertilização das terras, reduzindo a necessidade de investimento em adição artificial de nutrientes e aumentando a produtividade.

Um proprietário/produtor que decida retirar os resíduos florestais do seu terreno tem várias alternativas. Pode combinar com os prestadores de serviços da exploração florestal que estes façam a recolha dos materiais, sem custos, porque depois os irão vender a terceiros. Também pode vender esta biomassa a intermediários ou diretamente às indústrias que a reaproveitam (consoante a quantidade e distância das centrais de biomassa), o que poderá implicar um investimento para a trituração, mas também aumenta o seu valor, já que o preço da estilha varia entre os 24 e os 35 euros por tonelada (de acordo com o grau de humidade). E ainda pode entregá-la em centros de recolha, públicos ou privados.

10 VANTAGENS A CONSIDERAR

- Aproveitamento sustentável dos resíduos florestais
- Disponibilidade de material em quase todas as regiões do país
- Baixo custo do material
- Criação de oportunidades de emprego
- Desenvolvimento económico local
- Diminui o risco fitossanitário e de incêndio florestal
- Balanço positivo de CO₂ (a biomassa florestal fixa mais CO₂ do que liberta na queima)
- Redução da emissão de gases com efeito de estufa
- Produção de energia sustentável a longo prazo
- Diminuição das importações de combustíveis fósseis convencionais



O estilhaçamento de ramos e bichadas facilita e diminui os custos de transporte

Novos mercados em desenvolvimento

A empresa Mónica & Filhos possui o único parque de recolha de biomassa da região de Ferreira do Zêzere, a funcionar desde setembro do ano passado, que recolhe material florestal, agrícola e até de empresas de jardinagem. Ricardo Alcobia, sócio da firma, admite que o mercado tem crescido e que quase todos os proprietários da zona já querem remover os sobrantes das suas terras, mesmo sem incentivo financeiro. “Quando fazemos o corte da madeira, limpamos e retiramos logo o resíduo florestal.” Essa matéria segue para o parque e depois é triturada, tendo como principais clientes os produtores de energia renovável, como as celuloses Navigator e Altri, e as centrais de biomassa da Sertã e do Fundão. Mas também já foram contactados para fornecer empresas que usam biomassa para a indústria farmacêutica ou para produção de composto.

O aproveitamento para as indústrias têxtil, alimentar e de biocombustíveis são também nichos de mercado em desenvolvimento. No entanto, “a competição ▶



LOCALIZAÇÃO DAS CENTRAIS A BIOMASSA FLORESTAL

- Viana do Castelo
- Vila Nova de Famalicão
- Santa Maria da Feira
- Oliveira de Azeméis
- Viseu
- Mangualde
- Cacia/Aveiro
- Mortágua
- Belmonte
- Fundão
- Figueira da Foz
- Sertão
- Vila Velha de Ródão
- Batalha
- Constância
- Setúbal

- △ Termoeletricas
- Cogeração

Fonte: Unidade de Biomassa do Centro da Biomassa para a Energia (CBE)

COMO RECOLHER A BIOMASSA FLORESTAL

O acesso à biomassa florestal considera três operações distintas na exploração florestal: o corte, a extração (que pode ter estilhaçamento) e o transporte.

CORTE

É a operação que gera a biomassa florestal, utilizando-se desde ferramentas semi-manuais ou manuais, como as motosserras, motorroçadoras, machados, etc., até aos sofisticados *harvesters*, ou outras máquinas adaptadas com cabeça processadora.

EXTRAÇÃO

A recolha do material é geralmente feita de forma mecanizada, com recurso a *forwarders*, camiões 6x6 ou trator agrícola com reboque florestal e grua. A escolha deste equipamento terá de ter em conta as condições físicas do terreno, as características do povoamento e o tipo de aproveitamento da biomassa. O material recolhido é depois depositado em locais acessíveis ao equipamento para posterior transformação e/ou transporte.

ESTILHAÇAMENTO

É o método que possibilita a transformação de ramos e de bicadas, e outros resíduos, em estilha, cuja principal vantagem é a diminuição dos custos de transporte.

TRANSPORTE

Deve ser feito em semi-reboques ou camiões de grande capacidade, preparados para transportar sobrantes ou estilha, com caixas cujo volume varia entre 70-85 m³. Estes veículos podem ser dotados de equipamento específico para facilitar e tornar mais rápida a descarga.



▲ A biomassa triturada de ramos, bicadas, cascas, etc., serve as centrais de produção de energia renovável nos complexos industriais de celulose e papel, como é o caso da Central de Biomassa da Navigator em Cacia/Aveiro

A recolha e tratamento de sobrantes florestais contribui para a redução do risco de incêndios. Enquanto fonte de energia, a biomassa florestal é determinante para a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis.

pela biomassa, especialmente na zona Centro, é grande, e não haverá muito mais disponibilidade para novos projetos futuros que a venham a utilizar”, admite José Maria Guimarães, do departamento de Abastecimento de Madeira e Biomassa da The Navigator Company. Esta empresa inaugurou recentemente uma central a biomassa no seu Complexo da Figueira da Foz, que irá permitir reduzir em 32% as emissões do universo Navigator, e para a qual terá de adquirir anualmente muitos milhares de toneladas de biomassa florestal residual a fornecedores locais.

Aumentar o aproveitamento e a valorização da biomassa residual florestal é, portanto, uma necessidade da economia nacional. Já para não falar nos empregos diretos e indiretos gerados pelas centrais de biomassa, geralmente no interior, com as respetivas atividades de transporte e de trituração a montante e a jusante.

O presidente da APEB - Associação de Produtores de Energia e Biomassa, Carlos Alegria, avança duas soluções para o problema de escassez desta matéria-prima. A primeira é óbvia: aumentar a reflorestação,

“já que, cada hectare, dá origem a apenas uma ou duas toneladas de sobrantes”. E a segunda “através da distribuição de ecopontos florestais”, que já está a ser implementado num projeto desenvolvido com a Câmara Municipal de Viseu.

Energia renovável beneficia o ambiente

“A biomassa perdida em Portugal devido às queimas e queimadas dava para fornecer todas as centrais de energia renovável”, lamenta Carlos Alegria. Para acabar com essa situação, o município de Viseu construiu no último ano os primeiros três pontos de recolha de biomassa florestal residual, tendo o quarto sido aprovado já em março deste ano. Nas freguesias onde estes são instalados, a população deixa de poder queimar os resíduos, o que diminui as emissões de CO₂ para a atmosfera e reduz o perigo de incêndio. A Câmara investe em camiões de transporte de biomassa para recolha dos resíduos florestais, que oferece às juntas, que depois enviam a biomassa para a central de Viseu e, desta forma, estas obtêm mais receitas. A recolha efetuada nos

ORIGEM DE 7% DA ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL

Para além de ser uma solução sustentável para a floresta nacional, a biomassa foi responsável por 7% da eletricidade consumida em Portugal em 2020, num ano em que a produção de energia a partir de fontes renováveis representou 59% do total nacional, segundo dados divulgados pela REN (Redes Energéticas Nacionais).

A energia elétrica a partir de biomassa florestal é produzida em centrais termoeletricas dedicadas ou em cogeração. Atualmente, Portugal dispõe de 30 centros eletroprodutores a biomassa florestal, com um total de 709 MW de potência instalada, de acordo com as estatísticas de dezembro de 2020 da Direção-Geral de Energia e Geologia.

A maior parte destes centros está instalada nos parques industriais do setor papelero (Altri, The Navigator Company e DS Smith), sendo que mais de 62% da produção de energia elétrica a partir de biomassa situa-se na região centro, ao que não é estranho a diferente distribuição da floresta pelo território.

dois primeiros ecopontos permitiu já produzir em contínuo, nesta central de biomassa, o equivalente a duas semanas de energia elétrica renovável. Para dar uma resposta de proximidade aos pequenos operadores florestais e agricultores, que não possuem nem equipamentos de processamento, nem escala (tendo em conta a dimensão reduzida da propriedade nacional) que lhes permitam o escoamento e a valorização da biomassa das suas intervenções, o Centro da Biomassa para a Energia (CBE) está a desenvolver o projeto de uma rede de parques de Logística e Tratamento de Biomassa Florestal Residual para a ENERAREA (Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior). Esta rede de parques prevê receber também sobrantes agrícolas de culturas permanentes, vinha, olival e pomares, de 16 concelhos da região das Beiras e Serra da Estrela. No lado da procura, o projeto garantiria o abastecimento das unidades que consomem biomassa lenhosa como combustível, como as centrais de produção elétrica verde, setor que a União Europeia conta para atingir as metas de redução de emissões de CO₂. **PF**

RAINHAS DOS ECOSSISTEMAS

O papel das abelhas na polinização faz delas um elemento de importância capital no ecossistema terrestre e para a sobrevivência da espécie humana. Mas as ameaças aos seus habitats são muitas e urgem medidas de proteção.

Um terço da produção mundial de alimentos depende da atividade das abelhas, que são a espécie que desempenha a polinização de forma mais eficaz. Os dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) põem em evidência a importância destes polinizadores, cujos serviços ecológicos e económicos foram quantificados em 577 biliões de dólares pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos (IPBES, na sigla internacional). Como forma de promover uma maior consciencialização sobre os riscos que correm as abelhas, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o dia 20 de maio como Dia Mundial das Abelhas.

A ação das abelhas é determinante para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade, uma vez que não só garantem a sobrevivência de muitas espécies vegetais, como fazem parte da dieta de aves e répteis, entre os quais espécies ameaçadas. De forma indireta, as abelhas são também garante da preservação e melhoria dos solos, já que contribuem para a manutenção do coberto vegetal.

Polinizadores em perigo

Estima-se que 40% das espécies de polinizadores invertebrados (diferentes espécies de abelhas, borboletas, escaravelhos e alguns tipos de vespas e moscas) corram risco de extinção – à escala europeia, isto significa que uma em cada dez borboletas e abelhas está em perigo. Na verdade, a existência da abelha doméstica na Europa, a *Apis mellifera*, depende totalmente da ação dos apicultores, pois na natureza já não existem colónias silvestres viáveis. A alteração dos solos, a exploração intensiva, as alterações climáticas e, no caso de Portugal, os incêndios, têm levado à alteração ou desaparecimento dos habitats das abelhas, pondo em causa a sua sobrevivência. A estas ameaças junta-se ainda o uso de pesticidas e outros poluentes, bem como a ação de espécies exóticas invasoras, de que é exemplo a vespa asiática. Além disso, a recente popularidade da apicultura em Portugal provocou uma sobrepopulação em algumas zonas, que, aliada à escassez de alimento, tem efeitos nefastos. O cenário preocupante levou a uma tomada de posição concertada a nível internacional e nacional,

◀ A atividade polinizadora das abelhas é determinante para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade

A existência da abelha doméstica na Europa, a *Apis mellifera*, depende totalmente da ação dos apicultores, pois na natureza já não existem colónias silvestres viáveis.

com várias entidades portuguesas a trabalhar no terreno. A Sociedade Portuguesa de Entomologia tem atuado ao nível da divulgação. Já iniciativas científicas como o Projeto PoliMax – apoiado pela Comissão Europeia, e que analisa o efeito da densidade e populações de diferentes polinizadores na produção de fruta e estuda estratégias para promover a biodiversidade destas espécies – lançam mãos à obra. Por outro lado, a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP) celebrou recentemente um protocolo de cooperação com a The Navigator Company, ao abrigo do qual a empresa cede, gratuitamente, o acesso ao seu património florestal para a instalação de apiários de produção de mel.

Apicultura em crescimento

Portugal, que tem uma grande diversidade de méis monoflorais e conta atualmente com nove denominações de origem protegida (DOP), assistiu ao crescimento da apicultura nos últimos anos. Segundo dados de 2019 da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), existem no país 11 625 explorações apícolas (quase 800 mil colmeias), das quais 1 257 são detidas por apicultores profissionais. Registe-se que o número de apiários e colmeias cresceu 25% entre 2012 e 2018. A valorização do mel português no mercado internacional levou à subida do preço, e programas como o PRODERE – e também o facto de esta ser uma atividade que não implica a propriedade da terra – atraíram mais pessoas para a atividade. De acordo com o Plano de Ação do Centro de Competências da Apicultura e Biodiversidade, a maioria dos apiários nacionais estão concentrados em zonas de grande diversidade ambiental, no que é uma estratégia dos apicultores para garantir um mel de qualidade. Assim, é comum encontrarem-se apiários em zonas de matagal ibérico povoadas por esteva, rosmaninho, urzes e giestas, ou no remanescente da

MÉIS MONOFLORAIS MAIS PREVALENTES EM PORTUGAL

À escala global, estão contabilizados mais de 300 tipos de mel monofloral. Em Portugal, a variedade de méis acompanha a diversidade florística do país, a maioria de espécies silvestres, mas também de plantas cultivadas, como o castanheiro e o eucalipto. Os mais emblemáticos são o mel de rosmaninho (em zonas com cotas inferiores a 400 m), urze (em cotas até aos 900 m) e castanheiro (produzido em zonas de montanha, em cotas entre os 700 e 1200 m). O Plano de Ação do Centro de Competências da Apicultura e Biodiversidade apresenta ainda outros méis monoflorais também presentes no território nacional, nomeadamente os de alecrim, medronheiro, poejo, laranjeira, cardo, eucalipto e girassol.



▲ É nas florestas de eucalipto que as abelhas encontram a fonte de alimento durante a estação mais fria do ano

floresta original portuguesa, composta por carvalho negral, sobreiro, castanheiro, medronheiro e azinheira.

Eucalipto como fonte de alimento para as abelhas

O valor das plantações de eucalipto como contribuição para a produção de mel tem vindo a ser cada vez mais reconhecido, havendo uma grande dependência desta espécie no litoral norte e centro do país. É a época da floração – bem como o mel de sabor suave – que tem granjeado a popularidade do eucalipto junto dos apicultores. No hemisfério norte, a floração das florestas de eucalipto ocorre durante o inverno, quando as abelhas se debatem com escassez de alimento, encontrando nesta espécie florestal a sua principal fonte de alimento nessa altura.

Refira-se que o mel contém diversos minerais, enzimas, vitaminas e proteínas que lhe conferem propriedades nutritivas e organolépticas únicas. Qualidades que, aliadas à preferência por alimentos saudáveis potenciada pela pandemia, fizeram crescer a procura no último ano. **PF**

“TEMOS DE SABER PERCEBER E RESPEITAR A ABELHA”

Este técnico conhece como ninguém os desafios de manter apiários saudáveis. Com a maior popularidade da atividade a coincidir com a redução do alimento disponível, alerta para a necessidade de repensar o setor.

Tiago Moreira, técnico apícola e apicultor, é natural do Minho e lembra-se do tempo em que era comum ter uma ou duas colmeias no fundo do quintal. “Era o mel de consumo da casa. As abelhas conheciam as pessoas e coabitavam”, recorda Tiago, que teve nas colmeias dos avós o primeiro contacto com a apicultura. A paixão surgiu durante o curso de engenharia zootécnica, quando teve apicultura como disciplina. “Surgiu o bichinho, depois comecei a brincar à apicultura e agora sou apicultor e técnico apícola”, conta. Tiago trabalha na APICAVE (Associação dos Apicultores entre o Cávado e o Ave) e tem a apicultura como atividade secundária. Com cerca de 500 colmeias sob sua gestão, durante a primavera não pára um segundo. “É a altura em que nos é solicitado mais apoio técnico e em que temos mais maneio a fazer. As horas vagas, antes de começar o trabalho, depois ou ao fim de semana, são todas ocupadas com as colónias”, explica à Produtores Florestais.

Um ano em torno das colmeias

Ser apicultor implica atenção e um trabalho que, embora com diferentes ritmos ao longo do ano, nunca cessa. Mesmo no inverno, há tarefas a cumprir. “O apicultor vai gerindo as colónias e avaliando se estas têm reservas para passarem o inverno, mas não lhes mexe – está frio e, por isso, não podemos abrir as colmeias”, explica. A estação fria é a altura de realizar trabalho de armazém, com a reparação e preparação de material e a preparação e comercialização do mel, que tem um pico de procura nos meses de inverno. Com a chegada da primavera e até ao verão, quando é feita a cresta (recolha do mel) o dia-a-dia é marcado pelo ritmo dos vários apiários. “É preciso reformar algumas ceras, avaliar o estado das rainhas, fazer enxames novos para repor algumas perdas de inverno e renovar algumas rainhas”, adianta o apicultor. Hoje, garante Tiago, a apicultura é mais profissionalizada do que aquela que observou na infância, embora a definição de profissional seja insuficiente. “A legislação considera apicultor profissional aquele que detém mais do que 150

colónias, mas com 150 colónias não conseguimos viver apenas da atividade. Para mim, um apicultor profissional é aquele que sabe perceber a abelha, a sua biologia, sabe ler o meio em que a colónia está inserida e conhece as técnicas para respeitar as abelhas e a colónia, e as deixa trabalhar naturalmente”, afirma. Para se chegar a este nível, os conhecimentos teóricos ajudam, mas são, sobretudo, as muitas horas de prática que fazem a diferença.



Os desafios dos últimos anos

Os apicultores portugueses debatem-se com vários desafios. As alterações climáticas e as mudanças na flora têm vindo a condicionar a atividade, tal como a chegada da vespa velutina. “A apicultura que fazíamos há oito anos não é a que fazemos hoje. Com a vinda deste invasor, tivemos de mudar apiários de sítio, recorrer cada vez mais à alimentação artificial, além de que o ano se encurtou significativamente. Há alguns anos, no outono ainda se renovavam colónias e preparava a época seguinte, e agora o desafio é, até outubro, manter as colónias minimamente sustentáveis para aguentar o inverno”, diz. Para Tiago Moreira é, no entanto, a falta de ordenamento do setor a maior ameaça que paira sobre a apicultura. “O setor apícola, nos últimos cinco anos, aumentou quase em 50% no número de colónias. Temos muitas zonas em que há mais colónias por hectare do que aquelas que deveríamos ter”, alerta. Um problema agravado pela redução do alimento para as abelhas, que o esforço de controlar a vegetação e consecutivos anos de seca vieram agravar. “Quando temos as colónias a aumentar e a comida a reduzir, há que olhar urgentemente para o território e perceber onde é que temos recursos endógenos. Temos de reduzir a pressão ou acabamos por não ter potencial alimentar para manter os efetivos”, conclui. **PF**

◀ Tiago Moreira é técnico da APICAVE e ainda gere cerca de 500 colmeias

▼ A cresta (recolha do mel), entre outras tarefas, é feita na primavera, num ritmo diário marcado pela evolução dos vários apiários



QUEM PODE SER APICULTOR

Qualquer pessoa em Portugal pode dedicar-se à apicultura, bastando para isso registar-se como apicultor na Direção-Geral de Veterinária (DGV). Tiago Moreira questiona esta opção, uma vez que não é exigido qualquer tipo de conhecimento prévio. “Na minha opinião, quem se torna apicultor deveria ter de fazer um curso, porque um apiário mal gerido – tanto em termos sanitários como de disponibilidade alimentar – pode pôr em causa uma área muito vasta.”

“O setor apícola, nos últimos cinco anos, aumentou quase em 50% no número de colónias. Temos muitas zonas em que há mais colónias por hectare do que aquelas que deveríamos ter”, refere Tiago Moreira.

DIZ-ME DE ONDE ÉS, DIR-TE-EI DE QUE MEL GOSTAS

Tiago conhece quase de cor as nuances do mercado. “Em termos químicos e de propriedades, as diferenças entre os vários tipos de mel serão mínimas, é na cor e no sabor que elas surgem. A preferência tem a ver com questões culturais: quem é de zonas de produção de mel escuro habitua-se desde pequeno a comer mel escuro e se lhe dermos um mel claro, com um sabor até mais doce, não gosta”, afirma o apicultor. Em Braga, nas zonas mais antigas, habitadas por pessoas que vieram da zona de Vieira do Minho e da serra do Gerês, a preferência vai para o mel mais escuro, que perde popularidade nas partes novas da cidade, onde reina o mel de eucalipto ou multiflora. A verdade é que, num raio de poucos quilómetros, surgem méis totalmente distintos em termos de sabor e tonalidade, e a crescente procura por parte dos consumidores leva a uma cada vez maior diferenciação. “O mercado tem-nos obrigado a fazer crestas e extrações em zonas específicas, de forma a termos méis completamente diferenciados”, explica o apicultor, que lembra que esta é uma opção que gera alguns problemas. “Há anos em que não temos determinado tipo de produto porque a floração não se deu. E depois dos incêndios há zonas que nunca mais vão dar um mel igual ao que davam, porque a floração alterou-se”, acrescenta.

INDÚSTRIA DO PAPEL Premeia Bons Exemplos na Floresta



As melhores práticas de sustentabilidade no setor florestal voltam a ser distinguidas em mais uma edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade, cujas candidaturas para a 3.ª edição estão abertas até ao próximo dia 31 de julho (30 de setembro no caso das escolas). Iniciativa bial da CELPA - Associação da Indústria Papeleira, em parceria com o "Correio da Manhã" e o "Jornal de Negócios", este galardão irá premiar com cinco mil euros cada uma das categorias a concurso: Gestão e Economia da Floresta; Floresta e

Comunidade; Inovação e Ciência; e A Escola e a Floresta. Podem candidatar-se ao prémio entidades públicas e privadas, desde empresas a organizações governamentais e não governamentais, escolas e autarquias, entre outros, desde que desenvolvam atividade no território nacional e em áreas direta ou indiretamente relacionadas com o setor florestal, a educação, a investigação ou o associativismo. Mais informação em <https://cofinaeventos.com/premiofloresta2018/>.

Investimento na Prevenção Duplicou em Três Anos

O investimento em prevenção e combate aos fogos rurais duplicou nos últimos três anos, passando de 143 milhões de euros em 2017 para 289 milhões em 2020, segundo dados divulgados pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF). Significativo nesta estatística é também o valor dispensado para as ações de prevenção: 20% do investimento total em 2017, para 45% do montante disponibilizado no ano passado. No balanço feito pela AGIF realça-se que nos últimos três anos foram reduzidos para metade o número de incêndios e a área ardida, e, comparando com os 10 anos anteriores (2008-2017), houve uma redução de 56% no número de incêndios e de 64% na área ardida.

Consumo de Pinho em Queda



O consumo de madeira de pinho sem casca em Portugal, em 2020, cifrou-se nos 4,1 milhões de metros cúbicos, o que representa uma diminuição de 9,1% em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados pelo Centro PINUS. Apesar da influência da pandemia de

Covid-19 nesta contração, a verdade é que 2020 não foi uma exceção na tendência de queda registada nos últimos anos. O subsector mais relevante da fileira do pinho continua a ser a serração, com 39% do consumo de madeira, seguido pela produção de *pellets*, com 22%.

Projeto F4F Valoriza Região Centro

O F4F - Forest for Future é um novo projeto regional que visa a valorização da fileira florestal da Região Centro, com o objetivo de demonstrar e transferir tecnologias e soluções que permitam melhorar o valor acrescentado no setor florestal da região, com particular enfoque na cadeia do pinho. A iniciativa é liderada pelo SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, na Sertã, e conta com um financiamento de 3,5 milhões de euros. O F4F - Forest for Future prevê desenvolver 23 atividades, até julho de 2023, que abrangem quatro pilares da cadeia: "Plantas e Viveiros", "Gestão Florestal", "Indústria" e "Floresta multiusos".

rePLANT Junta Empresas e Universidades

Cerca de 20 entidades, entre empresas líderes do setor florestal, universidades e centros de investigação, integram o projeto rePLANT, com o objetivo de valorizar a floresta através do uso de novas tecnologias, criando novos produtos e serviços nas áreas da gestão integrada da floresta e do fogo. Simular e prever o comportamento do fogo, desenvolver modelos de gestão florestal sustentável para

as principais espécies florestais portuguesas ou utilizar a robótica nas operações no terreno são algumas das iniciativas deste projeto, gerido pelo ForestWISE - Laboratório Colaborativo para Gestão Integrada da Floresta e do Fogo e que envolve mais de 70 investigadores e técnicos especializados. O rePLANT tem um investimento de seis milhões de euros e estará operacional até junho de 2023, com atuação em

três grandes áreas: Gestão da Floresta e do Fogo (coordenação da Sonae Arauco e ISA); Gestão do Risco (REN e Universidade de Coimbra); e Economia Circular e Cadeias de Valor (The Navigator Company e ForestWISE).



A COMARCA DE ARGANIL

SEMANÁRIO REGIONALISTA DE ARGANIL
CULTURA | CIDADANIA | INFORMAÇÃO



SEMANÁRIO REGIONALISTA

121 ANOS

CULTURA · CIDADANIA · INFORMAÇÃO

Arganil · Góis · Lousã · Miranda do Corvo · Oliveira do Hospital
Pampilhosa da Serra · Penacova · Tábua · Vila Nova de Poiares

www.acomarcadearganil.pt | /acomarcadearganil1901 | /comarca_arganil | /acomarcadearganil

NAVIGATOR NO TOP 5 MUNDIAL EM SUSTENTABILIDADE

A The Navigator Company está entre as melhores empresas mundiais nos parâmetros de sustentabilidade, de acordo com a classificação da auditora especializada Sustainalytics. A empresa portuguesa, que opera no setor florestal, obteve uma pontuação de 17,2 no ESG Risk Rating 2020 da Sustainalytics, o que representa uma melhor

avaliação comparativamente aos anos anteriores, mantendo a sua classificação de “Empresa de Baixo Risco ESG” para investidores. A Navigator encontra-se em 5.º lugar, num total de 79 empresas globais que fazem parte do cluster de indústrias Papel & Floresta, e em 4º lugar no subconjunto de 62 sociedades globais que integram o cluster Papel & Pasta.

BIOFERTILIZANTE ALIMENTA PLANTAS DURANTE 12 MESES



A TecnofertiBio desenvolveu um biofertilizante específico para espécies florestais (sobreiro, pinheiro, eucalipto, entre outras), com aplicação à plantação ou sementeira, para ajudar as jovens plantas a germinar/enraizar mais

rapidamente e a crescer mais saudáveis. O “Humigel B Especial Floresta” trata-se de um gel que é libertado gradualmente através do papel poroso e biodegradável das saquetas em que é comercializado e garante alimento biológico à floresta durante 12 meses, segundo refere o fabricante. Na plantação, as saquetas são colocadas à volta da jovem planta, inseridas na cova e cobertas com terra; na sementeira, além das saquetas, é acrescentado um material inerte absorvente da água, onde é depositada a semente.

AGROSAFEBOX REFORÇA SEGURANÇA RURAL

Os acidentes com máquinas agrícolas e florestais com condutor são a principal causa de morte no trabalho rural em Portugal, provocando uma média de quatro mortes por mês em 2020, segundo dados da Confagri. Para prevenir estes acidentes, a Project Box, Lda., está a desenvolver o AgroSafeBox, um produto de segurança que monitoriza em tempo real a localização, inércia e outros parâmetros de um veículo

(tratores e motos-quatro), bem como os sinais fisiológicos do condutor, por forma a melhorar a capacidade de resposta dos meios de socorro. Colaboram neste projeto a TIS – Technological and Intelligent Systems, Lda., o Instituto Politécnico de Viseu, o Departamento de Eletrónica, Telecomunicações e Informática da Universidade de Aveiro, e a Escola Superior de Saúde (ESSUA).

ÁRVORES REDUZEM PRAGAS E DOENÇAS NA AGRICULTURA



A plantação de árvores no meio de produções agrícolas promove a biodiversidade, mas também pode reduzir a incidência de doenças e pragas, segundo revelou uma investigação realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O estudo, divulgado em Portugal pela revista Vida Rural, foi conduzido num campo de longa duração no Paraná e, de acordo com os investigadores, os sistemas integrados de produção agropecuária (agricultura, pecuária e floresta) contribuem para a sanidade das plantas, tanto nas raízes como na sua parte aérea. A presença das árvores proporciona uma alteração no microclima, com as suas copas a constituírem uma barreira que reduz a perda de energia e temperatura durante a noite, diminuindo também a velocidade do vento. Já a microbiota presente no solo florestal revela maior equilíbrio entre agentes causadores de doenças e microrganismos benéficos para a flora.

CONTROLO DE ACÁCIAS PROTEGE RIBEIROS

A intervenção que está a ser feita numa galeria ripícola (zona ribeirinha) da Herdade de Espirra (Palmela) pela The Navigator Company, conduziu, segundo Nuno Rico, responsável pela conservação da biodiversidade da Companhia, a “melhorias na qualidade ecológica da água”, após o corte de acácias que infestam esta zona de proteção, realizado há dois anos. A conservação e restauração das galerias ripícolas existentes nas suas propriedades tem merecido grande atenção na gestão florestal responsável da Companhia, apesar de ser uma tarefa muito difícil e cara, incluindo monitorizações da própria água e de agentes bióticos, em períodos dilatados. “A intervenção em ecossistemas muito dinâmicos e sensíveis como as galerias ripícolas não é fácil, com a preocupação de

não provocar outros impactos negativos. É um trabalho ‘com pinças’, que varia, na época das chuvas e na primavera, e que tem perigos, como haver erosão após a intervenção ou afetar a fauna lá existente. São processos longos. Em Espirra, esperamos melhorias dentro de quatro ou cinco anos”, prevê Nuno Rico.

Importância do conhecimento

Estudos recentes comprovam a importância de conservar a vegetação nativa nas margens dos cursos de água para assegurar vários serviços do ecossistema, como água de boa qualidade, hidroeletricidade ou, até, atividades de lazer. Verónica Ferreira, da Universidade de Coimbra, publicou na revista Biological Reviews uma investigação que confirma o efeito nefasto das acácias nos ribeiros, alterando

as características da matéria orgânica, a quantidade de água e a concentração de nutrientes na água. Nuno Rico reconhece o valor deste estudo não só para “comprovar o impacto negativo” de uma espécie invasora, mas, sobretudo, para “se perceber como a área evolui e tomarmos decisões de restauro”, recorrendo também à ferramenta de gestão das linhas de água que é proposta no estudo.

Necessidade de plano

Em Valongo, a Navigator tem outra frente de combate a acácias numa zona ripícola, em fase de testes. Na ribeira dos Silveirinhos, o tipo de acácias é diferente e o acesso bastante mais difícil, impedindo a utilização de máquinas. A opção foi o descasque, estando em análise os passos seguintes. Tanto em Valongo como em Espirra, as intervenções da Companhia nas suas propriedades estão condicionadas pela (in)ação dos vizinhos a montante. “Se nada fizerem, como as acácias crescem muito e têm muitas sementes, o nosso esforço será inglório, pois, no ano seguinte, estaremos de volta à estaca zero, com o mesmo problema”, lamenta Nuno Rico, apontando a necessidade imperiosa de Portugal “ter um plano para estas intervenções, para a erradicação ou, pelo menos, controlo destas invasoras”. A maior parte das zonas ribeirinhas da floresta nacional pertencem ao domínio público e têm sido pouco intervencionadas.



▲ As galerias ripícolas são zonas muito sensíveis e determinantes para a qualidade da água

Envie-nos a sua notícia para: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt

OS PRÓXIMOS PROGRAMAS DE INCENTIVO COM IMPACTO NO SETOR FLORESTAL

O desenvolvimento do setor florestal é particularmente sensível a alterações estruturais na sua gestão, uma vez que requer um período de adaptação relativamente longo. De facto, para evoluir, o setor exige investimento constante e persistente, consubstanciado na implementação de melhorias no ordenamento do território e na gestão dos povoamentos (nomeadamente no que remete à prevenção e combate de incêndios), bem como em iniciativas de promoção para a utilização eficiente de recursos, proteção de ecossistemas e biodiversidade. Neste sentido, estão previstos investimentos que visam a promoção do desenvolvimento sustentável das florestas, tanto no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027 como no Plano de Recuperação e Resiliência, este último a vigorar até 2026.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Devido à situação excecional que o mundo enfrenta, a União Europeia (UE) decidiu agir proativamente através da criação do Plano de Recuperação Europeu, que visa reverter o contexto económico atual, investindo na recuperação da UE após a crise provocada pela Covid-19. No âmbito do Plano de Recuperação Europeu, surge, em Portugal, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo apoio se destina a fomentar a superação da crise, promovendo a recuperação económica do país, e que complementará o Quadro Financeiro Plurianual previsto para 2021-2027. O instrumento em apreço assenta em três dimensões estruturantes, organizadas em 20 componentes que contemplam reformas e investimentos que visam culminar na retoma do crescimento sustentável e inclusivo. A dimensão Resiliência organiza-se em três prioridades, das quais se destaca a competitividade e coesão territorial, onde se insere a componente das Florestas, que visa apoiar intervenções impactantes no setor florestal, com especial incidência na transformação da paisagem dos territórios florestais vulneráveis; na rede primária das faixas de gestão de combustível; na aquisição de meios de combate a incêndios rurais; no cadastro da propriedade rústica e sistemas de monitorização da ocupação do solo; e na modernização de meios e recursos para aumentar a capacidade da resposta operacional dos agentes de proteção civil – Programa MAIs Floresta. Importa referir que, no âmbito do Programa MAIs e na aquisição de meios de combate a incêndios rurais, apenas podem beneficiar a Força Aérea, o ICNF, o IPMA e a Administração Interna.

O PRR será financiado através de subvenções e empréstimos, com um orçamento total de 16,6 mil milhões de euros (distribuídos por cerca de 14 mil milhões de subvenções e 2,7 mil milhões de empréstimos), que serão desembolsados entre 2021 e 2026. Os investimentos a implementar no âmbito da componente das Florestas não preveem a utilização de empréstimos, pelo que a dotação orçamental afeta (615 milhões de euros) corresponde apenas a subvenções. De notar que as taxas de financiamento são atualmente desconhecidas, uma vez que o programa não se encontra, ainda, disponível. Não obstante, é expectável que tenha início ainda no primeiro semestre de 2021. Encontra mais informação na área de documentos do portal do Governo (www.portugal.gov.pt/). **PF**

VERBAS DISPONÍVEIS

O PRR definiu para as florestas 615 milhões de euros para apoio da competitividade e coesão territorial, cujo roteiro de investimento e respetivos valores é o seguinte:

- (i) Transformação da paisagem dos territórios florestais vulneráveis – **€270 milhões**
- (ii) Rede primária das faixas de gestão de combustível – **€120 milhões**
- (iii) Aquisição de meios de combate a incêndios rurais – **€89 milhões**
- (iv) Cadastro da propriedade rústica e sistemas de monitorização da ocupação do solo – **€86 milhões**
- (v) Programa MAIs Floresta – **€50 milhões**

O PRR será financiado através de subvenções, que serão desembolsadas entre 2021 e 2026, sendo a taxa de financiamento atualmente desconhecida.



PORTUGAL 2030 VAI UTILIZAR FUNDOS EUROPEUS PARA 2021-2027

O Programa Portugal 2030 virá materializar os fundos europeus enquadrados no novo quadro comunitário, a implementar entre 2021 e 2027. Este programa será o sucessor do Portugal 2020, visando financiar o investimento e promover o crescimento económico, através da aplicação estruturada do seu orçamento global de 29,8 mil milhões de euros.

O programa em apreço visa dar continuidade aos esforços do Portugal 2020, no que concerne a qualificação dos portugueses, desigualdades e desenvolvimento equilibrado do território, mas também responder a novos desafios demográficos, da digitalização e das alterações climáticas, provenientes das transformações constantes da economia global e sociedades. A esta premissa, juntam-se os desafios provocados pela pandemia mundial, acentuando problemas estruturais e económicos que são necessários colmatar.

Reforço do potencial económico da floresta

No âmbito em apreço, e numa perspetiva de valorização e coesão territorial, o Portugal 2030 apresenta objetivos específicos de incidência territorial, desde iniciativas na área da energia e alterações climáticas, à economia do mar, competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade e, entre outros, agricultura e florestas. No domínio da agricultura/florestas, dar-se-á destaque às intervenções focadas no desenvolvimento agrícola

Sucessor do Portugal 2020, este programa visa promover o crescimento económico e dispõe de um orçamento global de 29,8 mil milhões de euros.

competitivo, no reforço do potencial económico da floresta, bem como na resiliência e prevenção de riscos. Embora, à data, a operacionalização do Portugal 2030 não seja conhecida em detalhe, e no âmbito do setor florestal, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020 (disponível no Diário da Republica Eletrónico – <https://dre.pt>), o programa visa apoiar, entre outras ações: iniciativas de gestão florestal ativa; inovação e capacitação dos agentes do setor; a utilização de produtos florestais no âmbito da economia circular e da bioeconomia; a proteção e reabilitação de ecossistemas florestais; a valorização de subprodutos agrícolas e florestais; a utilização e produção de fontes de energias renováveis; a proteção, manutenção e restauro dos sítios da rede Natura 2000; assim como a conservação dos ecossistemas agrícolas e florestais. Não obstante o desconhecimento referente às condições de apoio e de acesso, espera-se que, à semelhança do Portugal 2020, o incentivo seja concedido sob a forma de subvenções. Face à prorrogação do programa Portugal 2020 até 2021, é expectável que o Portugal 2030 seja operacionalizado no final de 2021/início de 2022. Encontra mais informação nos Programas de Ação Governativa disponíveis no portal do Governo (www.portugal.gov.pt/). **PF**

◀ A evolução do setor florestal exige um investimento constante e persistente na gestão dos povoamentos

“A FILEIRA FLORESTAL É A NOSSA PRINCIPAL EMPREGADORA”



Qual o impacto socioeconómico da floresta no concelho de Vila Velha de Ródão?

A fileira florestal tem um impacto muito relevante em Vila Velha de Ródão, pois é a principal empregadora do concelho, através do cluster de empresas ligadas à transformação de madeiras e seus derivados, que está instalado na sede de concelho. A este aspeto há a somar a criação de emprego indireto, através das empresas que lhes prestam serviços associados, assim como toda a dinâmica económica que se reflete nos outros setores.

No que respeita à área florestal, a nível municipal, as grandes manchas de floresta de eucalipto de produção são geridas quer por conta própria, quer por arrendamento (pelos grupos Altri e The Navigator Company), que criam as subsequentes mais-valias da sua gestão. No concelho são também significativos os aproveitamentos da mancha de pinho bravo para serração e a gestão dos montados de sobre e azinho localizados mais a Este.

Quais os principais desafios que o município enfrenta na gestão da sua área florestal?

Um dos principais desafios nesta área prende-se com a alteração do paradigma que leva à existência de muitas áreas florestais concelhias, principalmente com coberto de pinheiro-bravo

e/ou arbustivas, sem qualquer gestão e com enormes cargas de combustível, situação que deriva do progressivo abandono da propriedade florestal privada e de um associativismo florestal incipiente. Apesar de as pessoas estarem cada vez mais sensibilizadas para a importância da gestão dos combustíveis e de manterem as suas propriedades limpas, nem sempre é fácil mobilizar os proprietários a investirem nestas ações, especialmente quando estão em causa terrenos de onde não retiram rendimentos.

Que ações têm sido desenvolvidas pela autarquia de Vila Velha de Ródão em prol da floresta?

A proteção da floresta está entre as principais preocupações desta autarquia. Não descuramos, por isso, a execução anual das Faixas de Gestão de Combustível da Rede Viária Florestal municipal e Rede Primária, e os melhoramentos de caminhos rurais com interesse relevante no combate a incêndios. De forma a sensibilizar a população, colaboramos com outras entidades (ICNF, GNR, Proteção Civil) em ações e campanhas que tenham por temática a floresta e a sua proteção.

Face aos desafios que a floresta enfrenta atualmente, e que se prendem não só com o abandono da propriedade e os incêndios, mas também com as alterações climáticas ou o uso inadequado dos solos, as autarquias têm um papel fundamental, dada a proximidade às populações, e devem ser cada vez mais interventivas na definição de políticas de gestão da floresta que permitam responder a estes desafios. **PF**

AGENDA

Nota: Devido aos constrangimentos causados pela Covid-19, os eventos culturais agendados para os próximos meses poderão ser condicionados, cancelados ou adiados para data posterior.

JUNHO

9 a 13

• 57.ª Feira Nacional da Agricultura/67.ª Feira do Ribatejo, em Santarém

17 a 19

• Asturforesta – Feria Forestal Internacional, em Monte Armayán (Tineo/Espanha)

30

• 8.ª Agroln, Auditório da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa

JULHO

4 a 8

• Conferência AgEng2021 (Novos Desafios para a Engenharia Agrícola no Mundo Digital), na Universidade de Évora (online)

8 a 10

• Galiforest – Feria Forestal de Galicia, em Boqueixón (Santiago de Compostela/Espanha)

26 julho a 8 agosto

• Feira de Sant’Iago, no Parque Sant’Iago, em Setúbal

29 julho a 8 agosto

• 30.ª Expofacil, no Parque Expo-Desportivo de S. Mateus, em Cantanhede

AGOSTO

5 agosto a 12 setembro

• Feira de S. Mateus, em Viseu

20 a 29

• 41.ª Fatacil, no Parque Municipal de Feiras, em Lagoa

SETEMBRO

7 a 9

• Agroglobal, em Valada do Ribatejo

16 a 19

• 53.ª Agrobraga – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, no Altice Forum Braga

21 a 23

• Expobiomasa, em Valladolid (Espanha)

24 a 26

• 12.ª Expoflorestal, em Albergaria-a-Velha

OPINIÃO

BUSSACO – O PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA HARMONIOSA

ANTÓNIO GRAVATO,

EX-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MATA DO BUSSACO



A Mata Nacional do Bussaco, com 105 hectares, única floresta pública certificada em Portugal, começa a sua verdadeira e épica história em 1628, com os Carmelitas descalços, que criaram um espaço isolado para retiro espiritual, emulando um modo de vida despojado, que mais tarde viria a ser um ex-libris, uma preciosidade nacional e internacional.

Desde 2014 que a estratégia da Fundação Mata do Bussaco tem sido pôr em prática um conjunto de medidas de salvaguarda deste espaço de elevado valor patrimonial, provocando um choque de gestão e de comunicação, envolvendo os agentes económicos e sociais e, numa dimensão intermunicipal, procurar ganhos de escala. Tem constituído um verdadeiro paradigma a interação com toda a área envolvente, maioritariamente constituída por milhares de hectares de produção de eucalipto, e a Serra do Bussaco-ICNF, ilustrando o desejável relacionamento entre diferentes conceitos de gestão do espaço florestal que, conjugados nas suas diferentes valências, têm proporcionado múltiplos benefícios, num ambiente de harmonia e cumplicidade. Centrada na magnitude de uma mata classificada desde 2018 como Monumento Nacional e candidata a património Mundial da UNESCO, o Bussaco possui

uma das melhores coleções dendrológicas da Europa, com exemplares de uma rara beleza e elevado valor ornamental e paisagístico, que conferem identidade e contribuem para o valor cénico deste espaço natural e para o parâmetro de valorização estética do espaço envolvente.

Assim, foram estabelecidas determinantes parcerias com alguns *stakeholders*, que se têm revelado essenciais na prossecução do objetivo comum de valorização deste território enquanto destino de excelência. Exemplos disso: os Protocolos com os municípios da Mealhada, Mortágua, Penacova e Fundação Luso, e os Compromissos do Bussaco, com a The Navigator Company, em junho de 2018, e o Grupo Altri, em maio de 2019.

Recorde-se, a propósito de ponderação e sensatez, as palavras de António Serrano, ex-Ministro da Agricultura, sobre a polémica questão dos incêndios florestais, em que se pretendia atribuir injustamente este fenómeno à floresta de produção, cito – “Diaboliza-se o eucalipto, mas o diabo está no abandono, seria uma desgraça, a somar a outra, combater uma atividade económica que tem um importante contributo para o PIB: a exportação de papel e pasta”.

Termino evocando uma frase de uma enorme simplicidade, contudo reveladora de um grande significado prático, cito com reverência Pedro Queiroz Pereira – “Somos o que somos, porque somos produtores florestais”.

A visão que se tem assumido para o Bussaco é a de que seja estável e adaptada ao território, que seja gerida profissionalmente e que proporcione maiores rendimentos aos seus detentores, procurando conciliar de uma forma pragmática e eficaz os distintos conceitos de floresta de conservação e de produção, e que constitua um fator de competitividade da região. **PF**

A estratégia da Fundação tem sido pôr em prática um conjunto de medidas de salvaguarda deste espaço de elevado valor patrimonial, envolvendo os agentes económicos e sociais.

FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação: Direção de Comunicação e Marca

Diretor: Rui Pedro Batista

Design: Ray Gun / Creativity Worldwide

Conteúdos: Key Message Comunicação Estratégica

Proprietário/ Editor:

The Navigator Company

Morada e sede da redação: Av. Fontes Pereira de Melo, 27 1050-117 Lisboa

Impressão: Impresso em papel Inaset Plus Offset 110 g/m², tendo por base florestas com gestão responsável.

Isenta de registo na ERC ao abrigo do Dec.Reg. 8/99 de 9/6 art.12º nº1-a). Depósito Legal nº 0000/18

Periodicidade: Trimestral
Tiragem: 30 000 exemplares
Gráfica: Sprint

PUBLICAÇÃO GRATUITA

Parceiro
**PRODUTORES
FLORESTAIS**



Fravizel
metalomecânica e engenharia



TECNOLOGIA INSPIRADA NO COSMOS

O COSMOS inspira-nos a tornar os produtos Fravizel, tecnologicamente mais evoluídos, a expandir o conhecimento, inovando e desafiando os limites da engenharia, criando e desenvolvendo produtos exclusivos e de alta qualidade.

**Aumente a sua produtividade
e aproveite o ceppo para produção de energia.**



MERCADO
FLORESTAL

**FACILITAMOS O SEU TRABALHO
DE PORTUGAL PARA O MUNDO**

tel. 243 40 92 20 | geral@fravizel.com | www.fravizel.com